“É preciso reduzir a taxa de juros”

Empresários cobram prioridade à indústria para o país crescer

Marcelo Camargo - ABr

ANO XXXIV - Nº 3.956 5 a 11 de Junho de 2024

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Manifesto da CNI, todas federações estaduais e 74 associações industriais

Os representantes da indústria brasileira cobram a redução dos juros e a implementação de uma política industrial robusta, em manifesto divulgado na terça-feira (28) e entregue ao governo Lula. “Para que as indústrias se financiem a taxas de juros menores”, defendem os dirigentes, “é preciso reduzir a taxa básica de juros e atacar os componentes do elevado spread bancário”, diz o documento. Em entrevista ao HP, o diretor de Educação da CNI, Rafael Lucchesi, afirma que a “retomada do desenvolvimento industrial no Brasil passa pela construção de um novo consenso”. **Págs. 2 e 5**

Lula pede que o BC siga governo reduzindo juros

O presidente Lula fez em reunião para anunciar mais medidas de apoio ao RS, uma cobrança ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, quanto à manutenção, pela instituição, de taxas de juros em níveis insustentáveis para a economia do país. O Brasil tem hoje a segunda maior taxa de juros reais do mundo. “Espero que o Banco Central veja a nossa disposição de reduzir a taxa de juros e ele, quem sabe, colabore conosco, reduzindo a taxa Selic”, disse. **Pág. 3**

Israel bombardeia o Líbano e deixa brasileira à beira da morte

Arquivo pessoal

Brasileira Fátima Boustani está em estado gravíssimo e desfigurada pelas bombas. Filha quase foi amputada

O Ministério das Relações Internacionais do Brasil condenou no domingo (2) o bombardeio de Israel ao Líbano que atingiu uma família brasileira, ferindo gravemente a mãe e dois filhos. Na tarde de sábado (1º), a casa de Fátima Boustani, de 30 anos, foi destruída por um bombardeio. Uma filha de 10 anos e um filho de 9 estavam no local. Segundo familiares, Fátima está desfigurada e corre risco de vida. A filha quase teve a perna amputada e segue na UTI. “O governo brasileiro manifesta sua indignação e condena o bombardeio de ontem (...) que resultou em ferimentos em três cidadãos brasileiros”, diz a nota do Itamaraty. **Página 3**

Presidente eleita do México quer desenvolvimento e bem-estar social

“Pela primeira vez em 200 anos me tornarei a primeira mulher presidente do México”, afirmou a cientista Claudia Sheinbaum Pardo, candidata da coligação “Sigamos Fazendo História”, definindo que a prioridade de seu governo será “um desenvolvimento nacional que promova o bem-estar social”. Administradora avaliada como competente, Sheinbaum governou a capital, a Cidade do México, até solicitar licença para concorrer à presidência. **Página 7**

Intelectuais e artistas pedem o rompimento com ditadura de Israel

Intelectuais e artistas brasileiros - entre eles, Chico Buarque, Bresser Pereira, Wagner Moura - enviaram uma carta ao presidente Lula pedindo que o Brasil rompa relações diplomáticas com o regime de Israel. São 44 artistas, escritores, advogados e intelectuais que assinam a carta. **Página 3**

Sonda chinesa pousa no lado oculto da Lua com sucesso

A sonda chinesa Chang’e-6 pousou no lado oculto da Lua na manhã do domingo (2) para colher amostras do terreno explorado pela primeira vez na história da Humanidade, anunciou a Administração Espacial Nacional da China (CNSA, em inglês). “A sonda Chang’e-6 da China pousou com sucesso na zona designada na Bacia Polo Sul-Aitken (SPA), no lado oculto da Lua, para colher amostras lunares”, detalhou a agência Xinhua. **Página 7**

Greve de docentes: líderes políticos pedem reabertura das negociações

Citando trechos de discursos do presidente Lula, em especial a fala de maio de 2024 em que ele diz “Nunca deixem de reivindicar. Nunca baixem a cabeça. Apenas com muita luta a gente conquista”, sindicalistas e servidores públicos da educação filiados aos partidos que compõem a Federação Brasil Esperança encaminharam uma carta aos presidentes do PCdoB, Luciana Santos; do PT, Gleisi Hoffmann; e do PV, José Luís Penna, solicitando que os dirigentes da frente que elegeu Lula se reúnam com “urgência” para tratar do tema da greve da educação federal em curso. A carta ressalta a legitimidade e abrangência do movimento dos docentes e servidores técnico-administrativos por reajuste salarial, reestruturação de carreira e verbas para a educação, afirmando ser uma “greve histórica”, “profundamente enraizada nas bases” e liderada por entidades altamente representativas. **Pág. 5**

Apubh

Assembleia de docentes da UFMG, no dia 29 de maio

Zelenski irritado por Brasil e China rejeitarem farsa e lutarem por paz

O ucraniano Volodimir Zelenski reclamou na quinta-feira (30), em entrevista à Folha, que o Brasil não apoia a Ucrânia em sua guerra por procuração contra a Rússia. Ele queria arrastar o Brasil para a conferência da Suíça sem a presença da Rússia. Brasil e China anunciaram que não apoiam a farsa. **Página 3**

“O financismo ataca mais uma vez”, por Kliass

Pág. 2

Indústria pede menos juros e mais investimentos para o país crescer

Foto: CNI/Divulgação

Ricardo Alban, presidente da CNI, e o vice-presidente Geraldo Alckmin

Reduzir a taxa Selic, colocar a indústria no centro da agenda nacional de desenvolvimento e fortalecer o BNDES, defendem a CNI, todas as federações e 74 associações industriais em documento entregue ao governo Lula

Representantes da indústria brasileira cobram a redução dos juros e a implementação de uma política industrial robusta, em manifesto divulgado na terça-feira (28).

"Para que as indústrias se financiem a taxas de juros menores", defendem os dirigentes, "é preciso reduzir a taxa básica de juros e atacar os componentes do elevado spread bancário", diz o documento, assinado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), todas as federações estaduais e 74 associações industriais.

Os juros do Banco Central, através da Selic, taxa de juros básicos da economia, hoje em 10,50%, impõe grande de arrocho ao setor produtivo, impedindo investimentos e novos projetos e mantendo o Brasil em segundo lugar no ranking mundial de juro real (descontada a inflação).

A nota conjunta foi entregue ao vice-presidente da República e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, em cerimônia de entrega da medalha da Ordem do Mérito Industrial, um evento realizado na sede da CNI, em Brasília.

O documento dispõe de 10 orientações do setor para ajudar na agenda nacional de reindustrialização do país. Para a CNI, "a implementação de uma política industrial robusta é uma questão de sobrevivência para o Brasil e a reindustrialização do país deve ocorrer em bases mais modernas de desenvolvimento", defendeu a entidade em nota.

O evento também contou com as presenças dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, das Comunicações, Juscelino Filho, além dos presidentes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas.

Em janeiro deste ano, o governo Lula lançou a política Nova Indústria Brasil (NIB), que visa um aporte de R$ 300 bilhões para o setor, que serão distribuídos até 2026, via linhas de crédito e recursos não reembolsáveis, com o fim de reverter o processo de desindustrialização no país.

No manifesto, os industriais defendem que a política industrial deve ser colocada no "centro da agenda nacional de desenvolvimento".

"Suas diretrizes devem ser adotadas como parâmetros para a elaboração de outras políticas de Estado. Seu papel é permitir ao Brasil e às empresas brasileiras responder aos desafios atuais se tornando mais produtivas, de modo a transformar nossa realidade socioeconômica com mais empregos e renda", afirmam os representantes da indústria.

O setor entende como importante que sejam "garantidos recursos para o financiamento de investimentos na indústria no volume e ao custo necessários para que o setor contribua decisivamente para o cumprimento das missões da nova política industrial e que, consequentemente, ocorra ampliação e modernização do parque industrial. Fortalecer e capitalizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e os bancos de desenvolvimento", defenderam também no documento.

Entre as dez orientações está a "redução do custo da energia, aumentar a oferta de gás natural a preços competitivos, melhorar a qualidade das estradas, reduzir o uso do transporte rodoviário em longas distâncias com substituição por outras modalidades e modernizar o sistema portuário para receber navios de grande porte".

O financismo ataca outra vez, por Paulo Kliass

"Infelizmente os atuais ocupantes do Ministério da Fazenda e do Planejamento continuam rezando pela cartilha ultrapassada do neoliberalismo"

Temos a satisfação de publicar o artigo que acabamos de receber do especialista Paulo Kliass, intitulado, "O Financismo Ataca Mais uma Vez".

No texto, Kliass rebate os ataques do mercado financeiro e de seus porta-vozes, desferidos, recentemente, em uníssono, contra os direitos sociais do povo brasileiro.

O autor denuncia a articulação de mais um "consenso" neoliberal com o objetivo de extrair mais recursos da sociedade em benefício da banca e destaca que "é fundamental que o Presidente Lula estabeleça os limites de seu governo.

"Ele precisa se manifestar de forma urgente, antes que uma nova suposta unanimidade seja construída socialmente em torno da inexorabilidade de mais um ajuste estrutural conservador". Confira!

O FINANCISMO ATACA MAIS UMA VEZ

PAULO KLIASS (*)

A campanha orquestrada pela nata de nossas elites financeiras contra qualquer medida de apoio a políticas públicas dirigidas à maioria da população brasileira teve início antes mesmo da votação e promulgação de nossa nova Constituição em 1988. Em julho daquele ano, o Presidente da República, José Sarney, foi à televisão alertar que o Brasil se transformaria em um país "ingovernável" caso o projeto da nova Carta fosse aprovado pelos constituintes. Essa estratégia de criar um ante clima do apocalipse se manteve ao longo de todo o período até os dias de hoje. Mas o fato é que meses depois daquela ameaça, o texto foi aprovado por uma ampla maioria. A época ele dizia que os riscos envolviam uma

(…) "brutal explosão dos gastos públicos" (…)

A realidade é que o nosso País adotava um conjunto de regras para o futuro de suas gerações, um horizonte que se abria com o fim da ditadura militar, com a adoção de propostas que iam na contramão das recomendações que o paradigma do Consenso de Washington espalhava pelo resto do mundo. Enquanto a regra geral era aquela do Estado mínimo, por aqui a nova Constituição apontava para um modelo um pouco inspirado nas experiências do Estado de Bem Estar Social dos países europeus. Assim, o texto não estabelecia nenhuma prioridade para processos de privatização de empresas estatais. Aliás, pelo contrário, os dispositivos apontavam para a necessidade da presença pública em setores estratégicos e para a oferta de serviços sociais básicos pelo governo.

Esse é o caso da educação, da saúde e da previdência social, dentre tantos outros.

AS ELITES E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Apesar da aprovação do documento, as tentativas para sua revisão e alteração nunca mais saíram da agenda do conservadorismo liderado pelo capital financeiro. O Brasil atravessou todas as décadas de hegemonia do neoliberalismo e sofreu as consequências de tais proposições. Assim foram os processos de privatização ocorridos ao longo da década de 1990 e a generalização das ideias de liberalização de toda a ordem. No que se refere à introdução do espírito da austeridade fiscal a todo o custo, tivemos a aprovação da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000 e o posterior teto de gastos em 2016. Este último implicou a inusitada introdução do espírito da austeridade fiscal na própria Constituição, por meio da Emenda Constitucional (EC) 95.

(*) Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal..

Confira o artigo na íntegra no site do HP: https://horadopovo.com.br/o-financismo-ataca-mais-uma-vez-por-paulo-kliass/

País é sangrado em R$ 776 bi para pagar juros só nos últimos 12 meses

Apenas em abril, foram R$ 76,3 bilhões desviados da saúde, educação, segurança, etc, recursos do povo entregues a bancos e demais rentistas

Em abril de 2024, o setor público (União, Estados/municípios e estatais) gastou R$ 76,3 bilhões com os juros da dívida interna, de acordo com o relatório de "Estatísticas fiscais" do Banco Central (BC), divulgado nesta quarta-feira (29). São R$ 30,5 bilhões a mais do que foi pago em abril do ano passado (R$ 45,8 bilhões).

Com o resultado de abril, ao todo, o setor público já gastou R$ 776,3 bilhões (7,00% do PIB), no acumulado de doze meses até abril. Nos doze meses até abril de 2023, esse gasto foi de R$659,5 bilhões.

Ou seja, a transferência de renda da sociedade para os bancos, via pagamento de juros, foi elevada em 17,7% ou R$ 117,2 bilhões de um ano para outro.

Enquanto essa sangria no orçamento público segue de forma desatada por ação do Banco Central (BC), que segue mantendo a taxa de juros (Selic) em níveis proibitivos, o "terrorismo fiscalista" das contas públicas – por fora e por dentro do governo – arma novos cercos contra a Previdência Social e os mínimos constitucionais de investimentos com educação e saúde, com o fim de extrair ainda mais recursos da sociedade para os banqueiros, rentistas, e outros especuladores da dívida pública.

Com este fim, o Banco Central (BC), liderado por Campos Neto, já reduziu o ritmo de corta da taxa Selic, dos minguados 0,5 ponto percentual de corte – a cada reunião desde agosto de 2023 – para 0,25 ponto percentual (p.p), como forma de pressionar o governo a abraçar as demandas do mercado financeiro estrangeiro e local, por mais retirada de direitos sociais.

Geração de emprego não pode ser pretexto para chantagear por juros altos, alerta Marinho

"Há necessidade da continuidade de redução dos juros reais praticados no país"

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ao divulgar o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) de abril, nesta quarta-feira (29), afirmou que os indicadores positivos em relação ao emprego formal não são justificativa para a diminuição no ritmo da queda da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central.

"Esses indicadores positivos de emprego e de salário não justificam pensar o que a gente tem visto de forma sistêmica em todos os meses. Isso é um alerta para o Banco Central não pensar em interromper as quedas de juros. Pelo contrário, há necessidade da continuidade de redução dos juros reais praticados no país", afirmou Marinho.

"Não posso aceitar a lógica de que a variação de crescimento dos salários, que ainda estão baixos, seja suficiente para pensar em cessar a redução dos juros que ainda estão altíssimos no país. Espero que o ano termine com menos de dois dígitos", ressaltou o ministro.

"Espero que os cortes continuem, espero que as análises olhem o que está acontecendo no mundo real e quanto os juros impactam na economia, na vida das pessoas, das empresas. Portanto, há necessidade de continuar a reduzir. Não estamos com juros baixíssimos, comparados globalmente. Na verdade, estamos com juros altíssimos globalmente, e isso atrapalha a atividade econômica. A gente espera que o Banco Central olhe com o olhar da necessidade da economia continuar crescendo e gerando empregos", defendeu Luiz Marinho.

Em abril, o Brasil gerou 240.033 empregos com carteira assinada. O resultado é a diferença entre 2.260.439 contratações e 2.020.406 demissões registradas no mês. No acumulado do ano, o saldo foi positivo em 958.425 empregos e nos últimos 12 meses, foram 1.701.950 empregos formais.

Vendas da indústria de transformação recuam 4,3% em abril, segundo Fiesp

Em abril de 2024, as vendas reais da indústria de transformação do estado de São Paulo apresentaram uma queda de 4,3%, ante março deste ano, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em 12 meses, as vendas reais recuaram em -9,9%.

Com o resultado de abril, as vendas reais do setor acumulam uma queda de -5,4% no acumulado deste ano até abril.

"O resultado foi o mesmo que o observado no acumulado em igual período de 2023", destaca a Fiesp, em nota, ao constatar que "nos últimos dez anos, apenas em 2018 (+1,2%) e 2021 (+15,0%) houve avanço do indicador de vendas reais da indústria paulista, na soma de janeiro a abril, com ressalva que, no ano de 2021, dada a pandemia de COVID-19, a base de comparação era deprimida".

Na passagem de março para abril, as horas trabalhadas na produção e os salários reais médios também caíram, -2,1% e -3,1%, respectivamente. No ano, as horas trabalhadas na produção estão em 0,4% em baixa. Já os salários reais médios estão 2,0% em alta.

O único componente que apresentou algum avanço no quarto mês de 2024 foi o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), que passou dos 78,9%, em março, para 79,5%, em abril.

"Explorar Margem Equatorial garante segurança energética do Brasil", diz Magda Chambriard

Foto: Rafael Pereira/Dovulgação

Magda é presidente da Petrobrás

A nova presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, afirmou, em entrevista coletiva na segunda-feira (27), que o presidente Lula lhe deu a missão de gerir a empresa com "respeito à sociedade brasileira".

A presidente da estatal também defendeu o avanço das atividades exploratórias na costa brasileira, que inclui a Margem Equatorial, com o objetivo de garantir a segurança energética e o abastecimento de combustíveis no país.

"Para nós, é essencial repor reservas e isso significa que é essencial continuar explorando petróleo", disse Magda Chambriard, em sua primeira entrevista, após tomar posse no cargo, na sexta-feira (24).

"A Petrobrás é uma empresa com trajetória de imensos desafios. O pré-sal foi um deles e foi superado. Hoje, temos mais um. E temos a garantia da segurança energética do país em um momento em que também temos que enfrentar a transição energética", declarou.

Para poder realizar estudos no chamado bloco FZA-M-59, localizado no litoral do Amapá, o maior potencial entre 42 blocos na Margem Equatorial brasileira, a Petrobrás ainda aguarda uma liberação por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Apesar de estar a 500 km da foz do rio Amazonas e a 2.800 metros de profundidade, a autorização para realizar pesquisas neste bloco foi negada em maio de 2023, mas a direção da estatal recorreu no mês seguinte, pediu a reconsideração por parte do órgão, afirmando que a Petrobrás cumpriu todas as exigências técnicas demandadas pelo órgão para o projeto exploratório e que tem as condições de atender as exigências adicionais.

Magda Chambriard disse que esclarecerá melhor aos técnicos do Ibama os planos da Petrobrás para a região.

"Precisamos ter autorização para explorar. Vamos ter que conversar com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e mostrar o que a Petrobrás está ofertando em cuidado com o meio ambiente, muito mais do que a lei demanda. O Ministério de Minas e Energia (MME) está louca para perfurar", comentou Magda, que seguiu.

"O histórico da Petrobrás é de respeito à sociedade. O Ministério do Meio Ambiente precisa ser mais esclarecido sobre a necessidade de a Petrobrás e o país explorar petróleo e gás até para liderar a transição energética", defendeu.

Leia mais: https://horadopovo.com.br/explorar-margem-equatorial-garante-seguranca-energetica-do-brasil-afirma-magda-chambriard/

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Israel bombardeia Líbano e fere brasileira gravemente

Reprodução

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Lula cobra que BC "siga exemplo do governo" e reduza a taxa de juros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez, na quarta-feira (29), em reunião para anunciar mais medidas de apoio ao Rio Grande do Sul, uma cobrança ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, quanto à manutenção, pela instituição, de taxas de juros em níveis insustentáveis para a economia do país. O Brasil tem hoje a segunda maior taxa de juros reais do mundo.

Depois de anunciar mais recursos públicos e créditos subsidiados para o soerguimento das empresas gaúchas atingidas pela tragédia, Lula foi incisivo na cobrança ao presidente do BC. "Espero que o Banco Central veja a nossa disposição de reduzir a taxa de juros e ele, quem sabe, colabore conosco, reduzindo a taxa Selic para que a gente emprestar a taxa de juros ainda mais barata", ressaltou o presidente. Campos Neto tem sinalizado que pretende manter os juros nos níveis proibitivos em que se encontram atualmente.

Os representantes do governo detalharam os recursos do governo, liberados pelos bancos estatais, que chagam a 15 bilhões de reais, com taxas de juros reduzidas.

O chefe do Executivo destacou ainda que não vai aceitar que entraves burocráticos impeçam ou retardem a chegada desses recursos destinados à reconstrução da economia gaúcha. "Estamos trabalhando para que não haja qualquer empecilho burocrático para que os investimentos cheguem na ponta para ajudar as pessoas do Rio Grande do Sul", disse Lula. "O que estamos aprendendo no momento é que se a gente trabalhar junto teremos soluções eficazes e muito mais rápidas para ajudar o Sul", acrescentou.

As decisões anunciadas pelo presidente Lula estão numa medida provisória que disponibiliza linhas de financiamento para empresas do Rio Grande do Sul. Em evento no Palácio do Planalto, o presidente assinou a medida provisória e autorizou as linhas de financiamento, a ampliação do crédito rural e outras medidas de crédito para pequenas e médias empresas.

"Nós mudamos o paradigma de tratar de problemas climáticos neste país. A partir de agora, qualquer região que tiver problema climático terá que ter tratamento especial. Por isso trabalhamos na construção de um plano antecipado, para que a gente tente evitar que as coisas aconteçam neste país", disse Lula durante o evento.

Na ocasião, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, Luciana Santos (PCdoB), anunciou a aprovação de R$1,5 bilhão em linha de crédito pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) para apoiar empresas inovadoras que foram afetadas pelas inundações no Rio Grande do Sul. O crédito pela Finep está na Medida Provisória que disponibiliza mais de R$ 15 bilhões linhas do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para empresas gaúchas.

Segundo a ministra, a nova linha de crédito em R$1,5 bilhão terá como referência de juros a Taxa TR +5%. "Um crédito muito menor do que a taxa de juros praticada no mercado", diz a ministra. Os recursos da Finep serão disponibilizados por operadores locais, como cooperativas de créditos com a Banrisul e BRDE.

"50% dos recursos são para micro, pequenas e médias empresas e até 40% desse empréstimo as empresas podem utilizar como capital de giro, associando, portanto, aos investimentos de infraestrutura em pesquisa, desenvolvimento e inovação", completou Luciana Santos.

"PEC das praias tem que ser rejeitada no Senado. Ela é um escárnio", afirma Randolfe

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, se manifestou contra a PEC 03/22 porque ela "busca privatizar as nossas praias" e disse que vai "lutar pela sua rejeição".

A PEC, que foi aprovada na Câmara, tem, no Senado, a relatoria de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e abre caminho para a entrega de terrenos de marinha à iniciativa privada.

Randolfe Rodrigues, em uma publicação em suas redes sociais, apontou que existem "temas relativos aos terrenos de marinha que devem ser enfrentados", como a questão dos impostos que incidem sobre os que morram nessas faixas.

No entanto, a PEC "trata dos terrenos de marinha da pior forma. Ela busca privatizar as nossas praias".

O senador disse que não é justo "instituir uma PEC com o objetivo de que as praias brasileiras sejam disponibilizadas para propriedade privada e não sejam de uso público".

Arquivo pessoal

Fátima e filhos foram atingidos pelo covarde ataque aéreo israelense

"O governo brasileiro manifesta sua indignação e condena o bombardeio de ontem que feriu a brasileira e seus filhos", diz nota do Itamaraty em repúdio ao ataque criminoso

O Ministério das Relações Internacionais do Brasil condenou no domingo (2) o ataque das forças de Israel no Líbano que atingiu uma família brasileira, ferindo a mãe e dois filhos. Na tarde de sábado (1º), a casa de Fatima Boustani, de 30 anos, foi destruída por um bombardeio. Uma filha de 10 anos e um filho de 9 estavam no local.

"O governo brasileiro manifesta sua indignação e condena o bombardeio de ontem (...) que resultou em ferimentos em três cidadãos brasileiros", diz a nota do Itamaraty. O órgão afirmou que o bombardeio ocorreu "no contexto de ataques das forças armadas israelenses no Sul do Líbano e do Hezbollah no Norte de Israel". "A Embaixada do Brasil em Beirute está em contato com os familiares e com a equipe médica e presta o apoio consular."

Um primo do marido de Fátima informou que "ela está em Tiro, no sul do país, mas a recomendação médica é de remoção para um hospital com maior infraestrutura, em Beirute. A filha, de 10 anos, que estava na casa no momento do ataque, fez uma nova cirurgia e segue na UTI. O marido de Fátima está em Itapevi (SP) e pensa 'em voltar ao Líbano',

Fatima segue em estado grave, intubada e aguarda a transferência da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Libanês Italiano, em Tiro, no sul do país, para Beirute, capital do país. Nascida no Líbano, Fatima morou alguns anos no Brasil e também possui família aqui. Ela e os filhos conseguiram a nacionalidade brasileira há poucos meses.

A filha de Fátima também está internada na UTI. O menino sofreu ferimentos leves na cabeça, mão e perna e está na enfermaria. Por enquanto, não há previsão de alta.

"Boustani foi socorrida pelos vizinhos em estado de choque", conta Hussein Ezzddein, primo do pai das crianças, Ahmad Aidibi, que está hospedado em sua casa na Grande São Paulo. "O hospital planejava cortar a perna dela, mas a família pediu e outro médico fez uma segunda cirurgia na perna. Agora ela está na UTI em observação porque perdeu muito sangue."

No sábado uma aeronave israelense sem piloto foi abatida em território libanês pelo Hezbollah. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram um drone do tipo Hermes 900 caindo no sul do país. A menina brasileira assistia à TV quando a casa foi atingida.

Leia a íntegra da nota do governo brasileiro:

O governo brasileiro manifesta sua indignação e condena o bombardeio de ontem, dia 1º, em Saddikine, no Sul do Líbano, que resultou em ferimentos em três cidadãos brasileiros. Todos estão recebendo tratamento no Hospital Libanês Italiano, em Tiro.

O episódio ocorreu no contexto de ataques das forças armadas israelenses no Sul do Líbano e do Hezbollah no Norte de Israel. A Embaixada do Brasil em Beirute está em contato com os familiares e com a equipe médica e presta o apoio consular.

Desde o início do conflito entre Israel e Palestina, a Embaixada em Beirute monitora e mantém contato regular com os brasileiros residentes no Sul do Líbano.

O Brasil exorta as partes envolvidas nas hostilidades à máxima contenção, assim como ao respeito aos direitos humanos e ao direito humanitário, de forma que se previna o alastramento do conflito em Gaza e se evitem novas vítimas civis inocentes.

Zelenski irritado porque Brasil e China repudiam sua farsa e defendem a paz

O ucraniano Volodimir Zelenski reclamou na quinta-feira (30), em entrevista à Folha de S. Paulo, que o Brasil não apoia a Ucrânia em sua guerra por procuração contra a Rússia. O conflito a que se refere Zelenski começou quando os fascistas tomaram o poder na Ucrânia, através de um golpe de Estado no país europeu em 2014.

Após o golpe apoiado pelos EUA, os fascistas iniciaram, insuflados pela Casa Branca, a agredir com bombas as áreas do país onde viviam cidadãos de origem russa no leste do país. A etnia russa passou a ser perseguida em todo o país. A Rússia reagiu em 2022 à limpeza étnica iniciada por Kiev e acorreu em defesa dos cidadãos russos.

Zelenski queria que o Brasil apoiasse os seus intentos e os de Washington e se frustrou. "Não entendo, não entendo", afirmou. "Diga: por acaso, presidente Lula, por acaso não quer ter essa aliança? Por acaso o Brasil está mais fechado com a Rússia do que com a Ucrânia? A Rússia nos atacou. O Brasil tem de estar do nosso lado e dar um ultimato ao agressor, em nome do resto do mundo. Uma amizade com alguém que tem uma ideologia e uma visão fascistas não pode trazer benefícios", disse ele.

Durante oito anos os fascistas ucranianos bombardearam ininterruptamente a região de Donetsk no leste do país, matando milhares de civis. Tanto a guerra de Zelenski é por procuração que quando os dois lados do conflito estavam negociando a paz, ainda em 2022, representantes do eixo EUA/Inglaterra interferiram no processo e proibiram o fantoche de negociar qualquer acordo de paz com a Rússia.

Agora que os EUA perceberam que no campo de batalha a OTAN está tomando uma surra dos russos, eles organizaram uma conferência farsa na Suíça, sem a presença da Rússia.

A reclamação de Zelenski é porque o Brasil e a China não pretendem apoiar a articulação montada pelo Ocidente para tentar isolar diplomaticamente a Rússia. O Brasil decidiu que não vai enviar representantes de alto escalão ao evento. Na semana passada, o assessor especial de Lula para a política externa, Celso Amorim, e o chanceler chinês, Wang Yi, divulgaram um comunicado em que destacavam a necessidade da presença de Moscou em quaisquer negociações sobre o conflito.

A farsa diplomática foi o que restou para Zelenski e os EUA depois da fracassada contraofensiva de suas tropas – alimentadas pela OTAN – nos campos de batalha da Ucrânia. Sem conseguir mais apoio de seus patrocinadores e perdendo cada vez mais terreno na guerra, Kiev embarcou na tal conferência na Suíça.

O governo dos EUA, por sua vez, cada vez mais desgastado com os bilhões de dólares despejados nas mãos do corrupto regime de Kiev, passou a ser cobrado internamente e já procura uma forma de sair de fininho da confusão e sem passar recibo da derrota, assim como fez recentemente no Afeganistão.

Ao saber da entrevista de Zelenski à Folha e das cobranças ao Brasil, o Itamaraty rebateu o ucraniano. Negou que o governo brasileiro tenha tomado partido entre Moscou e Kiev, acrescentando que "não há e jamais houve engajamento" de Brasília no conflito. A chancelaria brasileira destacou que o Brasil defende que as negociações de paz envolvam as duas partes. E a posição conjunta do Brasil com a China é uma prova da seriedade com que o país trata este conflito.

A Suíça tenta dar um ar de neutralidade às suas ações, mas o país europeu perdeu essa condição – que ostentava há muito tempo – ao apoiar as sanções determinadas pelos EUA contra a Rússia e participar do sequestro de bens pertencentes ao gigante da Eurásia.

Como parte do esforço para convencer Brasília a participar do evento, a Suíça diz que, apesar de a reunião ter sido convocada a pedido de Kiev, os trabalhos de condução das negociações ficariam a cargo da anfitriã. Mas, infelizmente, a anfitriã está no bolso dos EUA.

Tanto o Brasil como a grande maioria do chamado Sul Global – maioria absoluta de países do mundo – está ciente de que este conflito só terá uma solução com o fim da expansão da OTAN em direção a Leste e das provocações contra a Rússia.

A Rússia tentou negociar a não entrada da Ucrânia na OTAN, fez o acordo de Minsk e foi desprezada e traída pelos países ocidentais. O objetivo de Washington era, e continua sendo, provocar um conflito bélico com a Rússia como meio de desviar a atenção sobre a grave crise em que o país está mergulhado. Brasil e China perceberam claramente esta estratégia e se colocam como obstáculo à guerra.

Governo socorre Argentina com gás natural da Petrobrás e evita caos no abastecimento

O governo Lula ajudou a Argentina, de forma emergencial, com 44 milhões de m³ de gás natural da Petrobrás antes que sua economia fosse afetada pelo desabastecimento.

O presidente argentino, Javier Milei, não mantém qualquer relação com o governo Lula e disse, durante a campanha, que iria cortar relações com o Brasil.

No entanto, precisou da ajuda do governo brasileiro para destravar a compra de gás natural liquefeito (GNL) e evitar um desastre em sua economia. A compra foi feita no dia 22 e, no dia 28, o navio da Petrobrás já estava na Argentina para entregar o produto, esperando somente a liberação.

No entanto, o governo argentino apresentou uma "carta de crédito" que não tinha as informações necessárias para concretizar a transação e, por isso, o documento não foi aceito pela Petrobrás.

O governo de Javier Milei chegou a avisar as empresas que haveria um desabastecimento de GNL, que é essencial em fábricas e até no uso doméstico, e elas deveriam cortar o consumo. Algumas fábricas compraram gás por conta própria para não interromper suas atividades.

Foi então que a ministra de Relações Exteriores da Argentina, Diana Mondino, entrou em contato com o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, para tentar contornar a situação. Vieira contatou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que passou a tratar do tema pessoalmente.

Intelectuais e artistas pedem rompimento de relações com a ditadura de Netanyahu

Intelectuais brasileiros enviaram uma carta ao presidente Lula pedindo que o Brasil rompa relações diplomáticas com o regime de Israel. São 44 personalidades como artistas, escritores, advogados e intelectuais que assinam a carta denunciando os crimes da ditadura de Netanyahu e seus crimes.

Eles chamam a atenção para o fato de que, apesar de propostas de cessar-fogo apresentadas pelo Brasil e da solução de 2 Estados defendida pelo governo brasileiro, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, segue realizando "ataques desumanos e cruéis contra civis", o que obriga o mundo a "ir além de gestos e propostas diplomáticas".

"Essas medidas, adotadas por nosso país e sob uma liderança de sua envergadura, certamente serviriam de exemplo a outros governos e constituiriam uma imensa contribuição para que se encerre essa carnificina insuportável", concluem o texto.

Leia o texto original:

"Estimado presidente Lula

"Antes de mais nada, queremos saudá-lo por seu comportamento sempre firme e coerente em solidariedade ao povo palestino, denunciando reiteradamente o genocídio do qual é vítima, especialmente suas mulheres e crianças.

"O Brasil tem apresentado seguidas propostas para o cessar-fogo na Faixa de Gaza e a solução de dois Estados estabelecida por resoluções internacionais. Graças ao seu governo, somos uma das nações que reconhecem, no âmbito das Nações Unidas, a soberania e a independência da Palestina.

"No entanto, a crescente violência imposta pelo governo Netanyahu, com ataques desumanos e cruéis contra civis, obriga o mundo a ir além de gestos e propostas diplomáticas, como já debatem diversos países da União Europeia e outras regiões.

"O governo Netanyahu viola abertamente deliberações emanadas da Corte Internacional de Justiça, colocando-se à margem do direito, além de desrespeitar o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU.

"Recentes ataques contra um acampamento de deslocados em Rafah, no sul de Gaza, com dezenas de inocentes assassinados, demonstram claramente inaceitável desprezo à ética humanitária.

"Estamos convencidos, querido presidente, que é hora de nosso país se juntar às demais nações que romperam relações diplomáticas e comerciais com o Estado de Israel, exigindo o cumprimento das decisões que colocam fim ao genocídio e garantem a autodeterminação do povo palestino.

"Essas medidas, adotadas por nosso país e sob uma liderança de sua envergadura, certamente serviriam de exemplo a outros governos e constituiriam uma imensa contribuição para que se encerre essa carnificina insuportável.

Assinam a carta:

"Amanda Harumy
Anita Leocadia Prestes
Antônio Carlos de Almeida Castro
Arlene Clemesha
Berenice Bento
Breno Altman
Bruno Huberman
Carol Proner
Cézar Brito
Chico Buarque
Eleonora Menicucci de Oliveira
Emicida Eugênio Aragão
Francirosy Campos Barbosa
Gilberto Gil Heloísa Vilela…
Jamal Suleiman
Jessé Souza
João Pedro Stédile
Jones Manoel
José de Abreu
José Dirceu
José Genoíno
Juliana Neuenschwander…
Juarez Tavares
Kenarik Boujikian
Larissa Ramina
Luiz Carlos Bresser Pereira
Luiz Carlos da Rocha
Manoel Caetano Ferreira Filho
Manuella Mirella
Margarida Lacombe
Marly Vianna
Milton Hatoum
Nathalia Urban
Ney Strozake
Paulo Borba Casella
Paulo Nogueira Batista Jr.
Paulo Sérgio Pinheiro
Paulo Vannuchi…
Pedro Serrano
Reginaldo Nasser
Salem Nasser
Ualid Rabah
Wagner Moura

PR: em sessão online, governistas aprovam privatização das escolas

Projeto que entrega as escolas do Paraná para a iniciativa privada foi aprovado em uma sessão online em meio a protestos de servidores e estudantes

A Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) aprovou sob protestos, nesta segunda-feira (3), o Projeto de Lei nº 345/2024, que autoriza a privatização de escolas públicas no estado.

Conhecido como Programa Parceiro da Escola, o projeto obteve 39 votos favoráveis e 13 contrários, gerando intenso debate entre os parlamentares, manifestações de repúdio das galerias da Alep que estavam lotadas de representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais, todos contrários à privatização das escolas.

A Mesa Executiva da Alep decidiu realizar a sessão de forma remota após as galerias serem tomadas pelos manifestantes contrários ao projeto que propõe privatizar os colégios estaduais.

Entidades representativas de professores, estudantes e pais de alunos manifestaram-se contrárias à privatização nas ruas, organizando um protesto que reuniu mais de 25 mil pessoas.

A marcha até a ALEP com a ocupação da casa marca o início da greve da educação por tempo indeterminado. Professores, funcionários e estudantes tomaram as ruas e marcharam até as dependências da Casa Legislativa em protesto contra o projeto do governador Ratinho Junior (PSD), que privatiza as escolas da educação básica no estado.

Por volta das 14h30, manifestantes romperam as grades de ferro e entraram no prédio. Eles foram recebidos com bombas de gás lacrimogêneo pelo batalhão de choque da Polícia Militar. No corre-corre, uma porta de vidro foi quebrada e uma pessoa ficou ferida.

A concentração da manifestação ocorreu na manhã de hoje na Praça Santos Andrade (UFPR), onde ocorreu um ato político suprapartidário contrário à privatização das escolas paranaenses. Dentre os políticos que discursaram estavam Roberto Requião (Mobiliza), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Carol Dartora (PT), Arilson Chiorato (PT), dentre outros líderes políticos.

Com a ALEP ocupada, o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSD), anunciou a suspensão temporária da sessão que iria votar a privatização de escolas, por volta das 15h.

VOTAÇÃO ONLINE

A sessão foi retomada online por volta das 17h com alguns parlamentares participando da sessão virtual diretamente do plenário da Assembleia, onde era possível ouvir gritos de protestos dos manifestantes que ocupavam as galerias da Casa, mas também, deputados participando a partir de locais diversos, caminhando, e até mesmo do carro.

A bancada de oposição, liderada pelo deputado Arilson Chiorato (PT), destacou diversos elementos inconstitucionais no projeto. "A proposta omitiu muitas coisas, principalmente o valor que será repassado a estas empresas que o governo quer contratar", afirmou Chiorato.

Segundo a oposição, o projeto viola o princípio da gratuidade da educação. A Constituição Federal garante a educação pública gratuita, e a privatização pode resultar em custos indiretos para os alunos e suas famílias.

A privatização pode criar disparidades no acesso à educação, beneficiando escolas em áreas mais ricas e negligenciando as regiões mais pobres, apontam os deputados de Além disso, Chiorato destaca que com a gestão privada, as escolas podem priorizar áreas urbanas e de maior renda, deixando as zonas rurais e periféricas sem os recursos necessários. A entrada de empresas privadas pode levar à contratação de professores com salários mais baixos e sem os mesmos benefícios garantidos pelo serviço público. A oposição também destacou que a busca por lucro pode comprometer a qualidade do ensino, com a redução de investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos.

O sindicato dos professores do Paraná (APP-Sindicato) anunciou que entrará com ações judiciais para barrar a implementação do projeto.

Galerias da Alep ficaram lotadas de manifestantes contrários à privatização

Estudantes e professores ocuparam a Assembleia Legislativa contra o projeto

Mais de 25 mil pessoas participaram da marcha em repúdio à privatização

57% da população vê a Tarifa Social de Energia como insuficiente

Um a cada três brasileiros deixa de comprar comida para pagar a conta de luz

36% das famílias brasileiras gastam metade ou mais da metade de sua renda mensal para pagar as contas de luz e de gás, segundo o Instituto Pólis

Um em cada três brasileiros entre os mais pobres deixa de comprar ou reduz os gastos com comida para pagar conta de energia e comprar gás. A pesquisa, realizada pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica) por encomenda do Instituto Pólis, ainda mostra que 36% das famílias brasileiras gastam metade ou mais da renda mensal com eletricidade.

O estudo considera no recorte famílias classificadas nas classes D e E, que têm até um salário mínimo de renda familiar mensal. Apesar do esforço, seis em cada dez famílias do grupo mais vulnerável diz que a conta de luz está atrasada.

Entre a população negra, 68% dizem que estão com a conta em atraso. Regionalmente, 53% dos moradores do Norte e 45% dos moradores do Nordeste afirmam ter metade ou mais da metade do orçamento dedicado a despesa com eletricidade.

No universo geral, ao menos 35% das famílias disseram que reduziram ou deixaram de comprar outros bens – como roupas, eletrodomésticos e eletrônicos para poder pagar as contas básicas. Metade afirma que, caso houvesse redução da tarifa, o que sobrasse iria para comprar mais comida em casa.

O levantamento mostra que 57% da população vê a Tarifa Social de Energia Elétrica como insuficiente para diminuir o peso da energia elétrica no orçamento das famílias mais pobres.

A pesquisa entrevistou 2.000 pessoas em todas as regiões do país, com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos percentuais.

As informações foram divulgadas através da coluna de 30 de maio da Mônica Bergamo na Folha de São Paulo.

Alison dos Santos supera norueguês e vence Diamond League com melhor tempo no ano

Nesta quinta-feira (30), Alison dos Santos, o Piu, deu mais um show e mais uma exibição de gala. O atleta é forte candidato ao ouro nos 400m com barreiras em Paris 2024, fez o melhor tempo do ano pela segunda etapa seguida da Diamond League e venceu a prova dos 400 metros com barreiras em 46s63, deixando para trás o favorito e recordista mundial norueguês Karsten Warholm, que competia em casa, em Oslo, e ficou em segundo com 46s70.

Na disputa mais esperada do dia, Warholm saiu na frente e manteve a liderança nos primeiros 200 metros, mas foi surpreendido por Piu na reta final, a poucos metros da linha de chegada, após ter um leve tropeço. O terceiro lugar ficou com Kyron McMaster, das Ilhas Virgens Britânicas, com 48s49.

O resultado colocou o brasileiro em primeiro lugar no ranking da Diamond League na temporada, com 16 pontos. Esta foi a 11ª vez que Piu e Warholm se enfrentaram na pista e somente a segunda vitória de Piu diante do recordista mundial.

Um dia antes da prova, Alison dos Santos declarou "nós estamos indo para uma guerra" sobre a etapa de Oslo da Diamond League e, principalmente, sobre o confronto com Karsten Warholm.

As duas vitórias de Piu sobre Warholm foram emblemáticas: a primeira no Mundial de 2022, quando foi ouro e o norueguês chegou apenas em sétimo, na qual voltava de lesão; e a segunda nesta quinta na casa do norueguês pouco menos de dois meses dos Jogos Olímpicos, onde devem se reencontrar na briga pelo ouro.

O brasileiro superou a marca conquistada na etapa inaugural da Diamond League em 2024, realizada em Doha, no início de maio. À época, Piu venceu com folga, e marcou 46s86, a melhor marca da temporada até aquele momento – quinta melhor de sua carreira e 16ª melhor da história.

Esse resultado também selou a quebra do recorde do meeting que era dele mesmo, de 47s24, alcançado na edição de 2022. Na ocasião, deixou pra trás C.J. Allen, que ficou em segundo com 48s39 e o francês Wilfried Happio, terceiro na prova com 49s10.

Esperança de medalha do Brasil para os Jogos Olímpicos, Piu segue na sua reta final de preparação, após um ano marcado pela lesão no joelho em fevereiro de 2023, e a cirurgia à qual foi submetido.

Foram cinco meses afastado das competições até seu retorno às pistas no segundo semestre de 2023. Em 2024, estreou com vitória nos 400m rasos do torneio "Florida Relays" com o tempo de 45s25.

Ex-prefeitos criticam o descaso de Melo e a falta de manutenção no sistema antienchentes de Porto Alegre

Cinco ex-prefeitos da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, — Alceu Collares, Olívio Dutra, Raul Pont, Tarso Genro e José Fortunati — lançaram uma nota conjunta criticando a gestão do atual prefeito Sebastião Melo (MDB) na "catástrofe climática que abala Porto Alegre".

"Situação dramática que foi agravada pela falta de reparos e de manutenção dos aparatos de proteção da cidade e pela desorganização técnica e institucional dos seus serviços", destacam.

Situação dramática que foi agravada por Melo

Os ex-prefeitos manifestam integral solidariedade a todas as famílias atingidas e total apoio aos engenheiros, ambientalistas, técnicos, acadêmicos e demais peritos, que, em carta pública, "mostraram claramente os efeitos do descaso da atual administração com a manutenção das Casas de Bombas e do Sistema de Proteção às Cheias, integrado pelo Muro da Mauá e elos Diques de Contenção".

"Manifestamos finalmente a nossa indignação com as respostas públicas oferecidas à imprensa, pela Administração da Capital, tentando diluir suas responsabilidades pelo agravamento da tragédia", diz trecho da nota

Os ex-prefeitos da capital ainda criticaram a "indiferença demonstrada pelo Prefeito atual, em relação aos alertas do competente corpo técnico do DMAE, que registrou claramente a possibilidade de ocorrência da catástrofe"

"Manifestamos finalmente a nossa indignação com as respostas públicas oferecidas à imprensa, pela Administração da Capital, tentando diluir suas responsabilidades pelo agravamento da tragédia", finalizaram.

30 DIAS

O número de desaparecidos desta que é a maior tragédia climática da história do estado gaúcho diminuiu nas últimas 24 horas. Antes eram 56 e, agora, 53. As mortes, segundo o boletim da Defesa Civil desta terça-feira (28), seguem em 169.

Ao completar-se 30 dias do início da tragédia, ainda há 48.789 pessoas vivendo em abrigos. São ainda 581.638 pessoas desalojadas, ou seja, que tiveram de sair dos seus lares, mas que estão acomodadas, por exemplo, em casas de parentes. Somando os dois números, o Rio Grande do Sul tem 630.427 pessoas fora de suas casas.

Ainda sob enchentes em diversas regiões e sob alerta de "perigo" para novas chuvas, o Rio Grande do Sul chega a cinco pessoas mortas por leptospirose desde que os temporais começaram, há um mês. De acordo com informe epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde, outras 124 notificações da doença foram confirmadas e 922 estão em investigação.

MEC ofertará 80 mil bolsas para ampliar a formação de professores no Brasil

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal a Nível Superior (Capes), vai ofertar 80.040 bolsas para estudantes de cursos de licenciatura de todo o país. Lançado na terça-feira (28), o edital do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) prevê o investimento de R$ 1,8 bilhão no programa. Pelo edital, caberá às instituições de educação superior apresentarem, no período de 7 de junho a 25 de julho de 2024, os projetos de iniciação à docência.

Cada estudante de licenciatura participante do programa vai receber uma bolsa no valor de R$ 700, em até 60 mensalidades. Também recebem o benefício mensal os supervisores (R$ 1,1 mil) e os coordenadores de área (R$ 2 mil) e institucionais (R$ 2,1 mil).

Segundo o MEC, o objetivo é fortalecer a formação dos futuros professores da educação básica, ao inseri-los na realidade escolar durante o percurso formativo.

As bolsas serão destinadas para projetos nas áreas de alfabetização, artes, artes visuais, biologia, ciências agrárias, ciências naturais, ciências sociais, computação, dança, educação bilíngue de surdos, educação do campo, educação especial, educação física, educação indígena, educação quilombola, filosofia, física, geografia, história, letras espanhol, letras inglês, letras língua brasileira de sinais (libras), letras português, licenciaturas interdisciplinares, matemática, música, pedagogia, química e teatro.

A maior quantidade de bolsas será para a Região Nordeste, que ficará com 20.688. Em seguida, vêm o Sudeste, com 16.584; e o Sul, com 12.264. A Região Norte contará com 8.040 bolsas; e o Centro-Oeste, com 7.440.

O MEC informou ainda que, do total, 10.008 bolsas serão destinadas a subprojetos da área de alfabetização, enquanto 5.016 seguem para o Pibid Equidade, que reúne cursos de educação do campo, educação bilíngue de surdos, educação especial inclusiva, educação indígena e educação quilombola.

O procedimento de inscrição é feito pelo Sistema Integrado Capes (Sicapes). Os interessados em submeter propostas precisarão solicitar acesso ao sistema entre os dias 5 de junho e 5 de julho. A divulgação do resultado definitivo está prevista para 17 de setembro. As atividades devem ter início até 13 de dezembro. A vigência dos projetos selecionados é de dois anos, mas o período pode ser prorrogado de acordo com a avaliação da Capes.

Lucchesi: 'Consenso de Washington provocou desindustrialização precoce'

Rafael Lucchesi, diretor de Educação da CNI (Confederação Nacional da Indústria), em entrevista exclusiva ao jornal Hora do Povo, declarou que a "retomada do desenvolvimento industrial no Brasil passa pela construção de um novo consenso". Segundo o líder empresarial, "o Brasil precisa ter uma agenda clara de desenvolvimento industrial". Para Lucchesi, "a atuação do Estado cumpre um protagonismo para assegurar a coordenação dos investimentos necessários para empurrar o desenvolvimento industrial, não só como financiador, mas como empreendedor".

"O que acontece se nós comparamos estes dois ciclos históricos?", pergunta Lucchesi. Ele mesmo responde: "No primeiro, o ciclo desenvolvimentista, a economia cresce fortemente, o Brasil é o país que mais se desenvolve entre todos os países no mundo, a uma taxa média de crescimento de 7% ao ano. O Brasil é quem empurrava o crescimento econômico no mundo por décadas e sai de uma condição de uma economia rural e agrária para um país industrial e urbano. Já no segundo ciclo, quando o Brasil adota essas ideias, nascidas no Consenso de Washington, o país avança numa desindustrialização precoce. As taxas de crescimento econômico são as mais baixas do mundo". Para ele, "nós vivemos esse período em que parte da sociedade se beneficia da especulação financeira, do Consenso de Washington".

O dirigente da CNI lembrou que "a China, no final dos anos 70, elege o Brasil um modelo a ser copiado e tem um plano de buscar a posição que o Brasil tinha". Para Rafael, "toda essa ascensão chinesa se deu num esforço obstinado de transformar o país numa moderna economia baseada na manufatura. A China cresce de maneira espetacular e se torna a manufatura do mundo. Na época, a estrutura industrial brasileira era maior que a chinesa e a sul-coreana juntas".

"Há uma tensão crescente entre EUA e China. A economia relativa entre EUA e China é de 1% em 1979. No ano 2000 é de 12% e hoje é de 70% em dólar. Se nós pegarmos a paridade do poder de compra da moeda, a China é hoje a maior economia do Planeta", avaliou.

Para Lucchesi, "há uma inflexão, uma clara substituição do padrão anterior de desenvolvimentismo". Na sua avaliação, "é a partir daí que nossa economia passa a ser orientada pelas teses de ajustes, choques preconizados pelo receituário concebido por um economista chamado John Williamson", que prega todo esse processo de ajuste fiscal, desregulamentação para investimento externo, liberalização para as atividades financeiras, que se convencionou chamar de Consenso de Washington. Todas as economias latino-americanas vão nessa direção com a pretensão de um desenvolvimento sustentável, o que, de uma forma geral, não aconteceu", concluiu. Para Lucchesi, "o Brasil crescentemente perde complexidade produtiva, há um ciclo de retrocesso e regressão industrial no início do segundo milênio. Há uma perda massiva de estrutura produtiva, sobretudo de média e alta complexidade, principalmente na segunda década".

E segue: "Em contraste com o primeiro ciclo, no segundo, o Brasil foi o país que mais perdeu complexidade produtiva". Em sua opinião, "isso tudo é muito ruim". E explica: "Se compararmos as três últimas gerações, há um declínio médio da renda das famílias, onde os avós são mais ricos que os pais, que são mais ricos que os netos. Isso cria um sentido de frustração e depressão coletiva, onde o sentimento de retrocesso, empobrecimento e desalento acabam sendo muito grande, criando uma pressão social forte no país. A polarização e o ódio são contagiantes pelo sentimento coletivo de fracasso".

Conforme o dirigente da CNI, "no final dos anos 70 o Brasil já é a oitava economia do mundo. Somos capturados pela crise de sub liquidez internacional. O Brasil toma empréstimos a juros flutuantes, quando vem a enorme elevação dos preços do Petróleo. Isso vai mudar essas taxas de financiamento a longo prazo. Vai fazer com que o Brasil se torne exportador líquido de capital. A economia brasileira, para responder a este estrangulamento externo, recorre aos programas de ajustes do FMI. O Brasil se orienta para a obtenção de grandes saldos comerciais. A economia brasileira demonstrava, nessa época, um enorme poder de reação e de obtenção dessas divisas externas. Com a utilização de programas de importação para estabilização, começa o desmonte de nosso parque industrial".

"Os anos seguintes, na primeira metade dos anos 80, onde os choques externos foram determinantes, seguem seis programas de estabilização, que se inicia com o Plano Cruzado. Isso vai começar a determinar o processo de mudança de perda na hegemonia brasileira. Desestrutura muitos preços relativos e acaba provocando uma perda de tecido na indústria".

O dirigente da CNI considera "importante lembrar que já nos anos 40 houve um grande debate na sociedade brasileira entre Roberto Simonsen, líder empresarial em São Paulo, presidente fundador da FIESP e presidente da CNI, que se destacou pelo seu desempenho na discussão com Eugênio Gudin. O economista conservador achava que o Brasil devia se concentrar nas vantagens comparativas da produção agrícola. Já Simonsen defendia a industrialização para o Brasil se desenvolver, 'como aconteceu com todos os outros países'. "Podemos dizer que esse evento foi uma espécie de fundação do Nacional Desenvolvimentismo. A polêmica marcou o debate brasileiro pelos 80 anos seguintes".

CARLOS PERIERA

(Leia a íntegra em horadopovo.com.br)

Governo se nega a apresentar nova proposta e docentes mantêm greve

Docentes e técnico-administrativos em greve exigem que mesa de negociação seja mantida

A reunião desta segunda-feira (3), entre o governo e representantes dos docentes de universidades e institutos federais em greve, mais uma vez terminou sem solução para a reivindicação de reajuste salarial ainda este ano, apresentada pela categoria. Entre as propostas mais urgentes apresentadas pelos docentes federais está a reposição inflacionária dos últimos doze meses, com reajuste de 3,69% em agosto de 2024.

No encontro, na sede do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), representantes da pasta descartaram qualquer aumento na proposta salarial já apresentada pelo governo, com reajustes apenas a partir de 2025, e a reunião foi encerrada pelo secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, sem apresentação de novas datas para a continuidade das negociações.

De acordo com assessoria do MGI, "o governo informou que a negociação salarial com os docentes foi encerrada com o acordo assinado semana passada, mas permanece aberto para diálogo sobre pautas não-salariais em outras instâncias de governo".

A proposta apresentada pelo governo foi aceita por uma das entidades que representa os docentes, a Proifes (Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior), e rejeitada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes–SN) e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), entidades que representam a maioria da categoria. O caso foi parar na Justiça, que suspendeu o acordo.

A postura do governo na reunião gerou protestos dos servidores, que ocuparam a sala do MGI e exigiram a manutenção da negociação. "O que se viu foi uma indisposição de negociação, muitos 'nãos' durante a reunião, e comunicamos que não sairíamos do edifício até que tivéssemos a confirmação da mesa de negociação dos técnico-administrativos e dos docentes", informou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), no final da tarde desta segunda-feira. De acordo com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), "a greve continua por tempo indeterminado, até o atendimento digno das reivindicações da categoria".

O movimento dos docentes contou com o apoio das deputadas federais Dandara Tonantzin (PT/MG) e Fernanda Melchionna (Psol/RS) e, após a pressão se intensificar durante o dia, os servidores saíram com data marcada para as próximas reuniões. "O movimento grevista não recuou, fez vigília no MGI e arrancou novas reuniões com o governo federal. A próxima rodada de negociação com docentes acontece no dia 14 de junho, no Ministério da Educação. Já a mesa das e dos TAEs será realizada em 11 de junho", informa a entidade.

"Mais uma vez, a reunião havia terminado com bravatas, negativas e intransigência do governo federal. Nos foi colocado que seria impossível hoje ter uma data para a continuidade das negociações das demandas dos professores e dos técnicos. Se cedêssemos e não insistíssemos, se não colocássemos em prática os bons métodos que nossa classe construiu, sairíamos com vazio, sem qualquer indicativo da necessária continuidade de negociação", afirmou Gustavo Seferian, presidente do Andes-SN.

De acordo com Gustavo, a força do movimento, com a vigília dos servidores, amparada pela unidade das três entidades em greve – ANDES-SN, Sinasefe e Fasubra – "conseguiu fazer com que o governo federal recuasse e se movimentasse. Propôs inicialmente a data de 20 de junho, daqui mais de duas semanas, e dissemos 'não'. Do mesmo modo, disse que até sexta daria uma devolutiva. Nós dissemos 'não', e seguimos esperando. Percebemos um movimento, com intervenção inclusive da ministra Esther Dweck, para garantir uma reunião na próxima semana."

"E avançamos. O momento é que intensifiquemos nossas lutas e nossas ações. Nesse momento, nossas categorias seguem pulsantes. Hoje, mais duas universidades se somam à greve do Andes-SN. A Federal do Piauí e a Federal da Paraíba. Temos um movimento que está num processo afirmativo e crescente. Esperamos que a nossa mobilização, seguindo nesse compasso, possa trazer ganhos materiais e políticos. A greve segue, tem respostas da nossa luta unificada, e que possamos, no dia 14, colher bons frutos da nossa mobilização", afirmou. Os docentes estão em greve desde 15 de abril, hoje com adesão de 61 universidades federais.

Justiça suspende "acordo farsa" assinado entre governo e Proifes

O acordo sobre reajuste salarial dos docentes federais, firmado entre o governo e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes), no início da semana, assinado sem a concordância das principais entidades representantes dos servidores das universidades, como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), foi suspenso, na quarta-feira (29), pela 3ª Vara Federal de Sergipe.

A decisão atende a pedido apresentado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS), seção sindical do Andes.

De acordo com o juiz Edmilson da Silva Pimenta, que proferiu a sentença, "os docentes que não são representados pela referida entidade" serão prejudicados e "sofrerão prejuízos em relação aos seus interesses e à busca pelos direitos reivindicados durante a greve, na medida em que o movimento poderá ser finalizado sem que tenham sido atendidos em suas demandas que ensejaram a deflagração da reportada greve".

Em sua decisão, o juiz ainda cita como agravante o fato de o Proifes não possuir registro sindical, sendo uma federação de sindicatos.

Para o presidente do Andes, Gustavo Seferian, a decisão é um freio à "farsa" da assinatura do acordo por uma entidade que não representa os professores das universidades federais.

"A decisão conferida pelo poder judiciário cria efeitos aos dois partícipes desta farsa: a Proifes, entidade sem registro sindical, e ao governo federal, que está impedido de firmar acordos no bojo da mesa que trata sobre aspectos de carreira e remuneração dos docentes. A vitória judicial vem não só em bom momento, mas expressa a justa compreensão quanto a ilegitimidade da entidade fantasma em participar do processo negocial em nome dos professores e professoras em nível federal, o que desde a instalação da mesa vínhamos denunciando", afirmou o presidente do Andes.

Diante do impasse, professores de universidades e institutos federais têm se manifestado a favor de manter a greve, que já conta com 63 instituições de ensino paralisadas nos últimos 55 dias que, em assembleias na terça-feira (29), decidiram manter a greve.

Para entidades trabalhistas, decisões do STF favorecem as fraudes da 'pejotização'

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vêm derrubando decisões da Justiça do Trabalho que condenam fraudes em contratações trabalhistas, como o não reconhecimento de vínculo e o descumprimento da legislação (CLT). As decisões, que favorecem a chamada "pejotização" – contratação de pessoa jurídica, com trabalho precário e sem regulamentação –, são alvo de reações por parte de advogados e especialistas do Direito do Trabalho.

De acordo com a advogada Cíntia Fernandes, "embora esses processos ainda não tenham sido decididos por órgão colegiado, alguns ministros, individualmente, têm concedido decisões liminares para desconstituir as decisões da Justiça do Trabalho e até mesmo para afastar a competência desta em matéria trabalhista".

Desde o final do ano passado, entidades jurídicas intensificaram os protestos contra a postura do Supremo. "A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, juntamente com as entidades abaixo nominadas vêm a público manifestar a sua apreensão em face das restrições à competência constitucional da Justiça do Trabalho e enorme insegurança jurídica provocada pelas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, com profundas consequências na estabilidade do mundo do trabalho, na equidade tributária, na arrecadação previdenciária e fiscal, na livre concorrência e principalmente forte impacto nos direitos sociais estabelecidos pela Constituição de 1988", afirma a Carta Aberta "Em defesa da Competência Constitucional da Justiça do Trabalho", assinada por diversas entidades jurídicas e sociais.

"A Justiça do Trabalho tem a missão constitucional de aferir a natureza jurídica das relações de trabalho, e o faz a partir da análise fática do caso particular e dentro dos parâmetros do devido processo legal. Não há como sujeitar o Direito do Trabalho a abstrações e generalidades, sem que seu Juiz Natural considere as particularidades que compõem cada causa."

O documento defende "a necessidade de se assegurar que os processos distribuídos à Justiça do Trabalho tramitem nos trilhos do devido processo legal, sem sobressaltos, nem excepcionalidades que se transformem em insegurança jurídica e tratamentos díspares a circunstâncias semelhantes. Não cabe ao STF, como órgão de cúpula do Poder Judiciário, a revisão de fatos e provas, quando os processos já foram regularmente instruídos e julgados pelos órgãos da justiça especializada, no exercício de suas atribuições constitucionais".

JUSTIÇA ESPECIALIZADA

Para a presidente da seccional paulista OAB, Patrícia Vanzolini, "não estamos discutindo teses. Mas é importante que a análise de provas, fatos e testemunhos que podem comprovar ou não um vínculo de emprego, por exemplo, seja de competência da Justiça especializada". "O STF não pode ignorar todo um processo de análise de mérito e colheita de provas da Justiça Trabalhista nos casos em que uma fraude é reconhecida", completa o advogado Felipe Meleiro, do Movimento da Advocacia Trabalhista Independente.

Na avaliação da presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciana Conforti, os movimentos do STF de derrubar decisões dos TRTs significam "um grande abalo na Justiça do Trabalho, que tem sua competência definida pela Constituição e que possui relevante função social". "A Justiça do Trabalho não pode ter a competência restringida por situações que absolutamente não dizem respeito a precedentes vinculantes do STF", afirma.

"Quem declara se há vínculo de emprego é a Justiça do Trabalho. Você pode pegar milhões de livros de todas as épocas e tudo aponta para a competência da Justiça do Trabalho", declarou o professor de Direito Ivan Ferreira, da Universidade Federal Fluminense (UFF) em reportagem à Carta Capital. "E o entendimento que está ocorrendo em forma majoritária no STF era no sentido de tirar da Justiça do Trabalho e mandar essas discussões para a Justiça comum. Isso é o fim da picada".

DECISÕES MANTIDAS

No sentido contrário seguem os ministros Flávio Dino e Edson Fachin, que em recentes decisões mantiveram o entendimento da Justiça do Trabalho. Em abril deste ano, Fachin rejeitou reclamação apresentada pela empresa Tim, condenada a pagar os direitos trabalhistas a uma mulher que prestou serviços para a empresa por seis anos via PJ.

Na decisão, a juíza Ana Paula Freire Rojas, da 18ª Vara do Trabalho de São Paulo, reconheceu o vínculo empregatício. A decisão foi mantida pela 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2).

Em março, o ministro Flávio Dino também manteve decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu vínculo empregatício a um corretor de imóveis. A ação foi movida por um corretor que foi afastado sem motivos após atuar na empresa por quatro anos. O vínculo pela Justiça do Trabalho foi reconhecido em primeira e segunda instâncias.

De acordo com o ministro, a decisão considerou o vínculo a partir dos elementos caracterizadores da relação de emprego, prevista CLT, e ressaltou que houve presença "inclusive da subordinação, em razão do controle de horário do trabalhador, da obrigatoriedade de comparecimento de reuniões, e da necessidade de observância das determinações e regras da empregadora".

HP — CHARGE DO ÉTON

Manifestantes em Tel Aviv pedem o fim da “tirania de Netanyahu”

AFP

120 mil lotaram o centro de Tel Aviv exigindo a saída já de Netanyahu

Os israelenses que acusam o governo de Netanyahu de “tirano e corrupto” entraram em choque com a cavalaria de polícia em Tel Aviv

Multidões tomaram as ruas de Tel Aviv, Haifa, Jerusalém, Beer Sheva, Cesarea, entre outras cidades, para exigir o imediato cessar-fogo e acordo entre Israel e Hamas pela troca de prisioneiros israelenses por palestinos.

Os manifestantes que acusam governo de Netanyahu de “tirano e corrupto” entraram em choque com a cavalaria de polícia em Tel Aviv.

Pouco antes da manifestação, familiares de presos israelenses retidos na Faixa de Gaza deram entrevista coletiva dizendo que a posição de Biden urgindo ao Hamas e Israel um acordo traz “um fio de esperança”.

Einav Zangauker, que tem o filho, Matan, detido em Gaza, denunciou a sabotagem de Netanyahu ao acordo.

De fato, logo após a declaração de Biden dizendo ter em mãos uma proposta israelense de três fases para um cessar-fogo prolongado, Netanyahu se apressou a dizer que “não haverá fim da guerra sem a destruição do Hamas”, uma declaração que obviamente barra qualquer entendimento ou mesmo sabota a continuidade das negociações.

No mesmo sentido, os fanáticos Smotrich e Gvir, que integram a gangue (termo aplicado ao atual governo israelense pela primeira vez pelo jornal israelense Haaretz) no poder em Israel, ameaçam deixar o governo e fazer com que suas bancadas joguem para afastar Netanyahu se este fechar acordo.

Biden achou por bem aumentar a pressão por um acordo depois dos campi dos EUA se sublevarem contra o genocídio que Israel perpetra em Gaza e manifestações nas convenções democratas colocarem em sério risco suas parcas chances de reeleição. Nos protestos por todo o país, manifestantes denunciam que Biden é cúmplice das tropas de Netanyahu ao seguir enviando armas em profusão para facilitar o massacre pelas bombas e pela fome de dezenas de milhares de palestinos.

No manifesto das famílias dos detidos em Gaza elas se comprometem a lançar uma “operação de emergência” com manifestações diante das residências de ministros e parlamentares exigindo a implementação do acordo e a libertação de seus familiares.

Shaul Meridor, que já dirigiu o departamento de orçamento do Ministério das Finanças de Israel, falou no ato em Tel Aviv para alertar que o país está se exaurindo neste confronto prolongado. “Estamos diante de um governo que só tem uma diretriz: a sobrevivência política de Netanyahu e de seu governo de extremistas messiânicos”.

“Eles agem como se tudo lhes fosse permitido. Eu vim aqui para lembrar a eles e a vocês todos: nós nunca vamos nos acostumar a uma guerra sem fim e a esta falta de visão e esperança. Isso aqui precisa ser melhor e para que isso aconteça vamos mandar este governo para casa”, acrescentou Meridor.

Em Haifa, milhares de manifestantes se concentraram no centro da cidade, no ato que teve a participação do professor especialista em legislação internacional, Itamar Mann, que destacou ser “impossível parar o tsunami legal contra Israel enquanto este governo estiver no poder”.

Mann declarou que “a ausência de lei que cerca o planejamento de uma guerra sem fim à vista e que não tem mais objetivos claros nem convincentes levará a investigações criminais contra os participantes deste governo”, acrescentou.

“Faremos de tudo para pôr abaixo este governo e esperamos levar a julgamento os que cometeram crimes não só contra os cidadãos de Gaza, mas também contra nós, cidadãos de Israel”, finalizou Mann.

Cerca de 2.000 pessoas demonstraram seu repúdio perto da casa de Netanyahu em Cesarea e outros 1.500 fecharam o cruzamento de Karkur no norte de Israel.

Kobi Gidon/Haaretz

Netanyahu e Cohen, então chefe do Mossad

Israel determinou ao Mossad perseguir chefe do TPI por investigar os crimes em Gaza

Nesta quinta-feira, 30, o jornal israelense, Haaretz revela que já possuía as informações só agora divulgadas pelo Guardian já em 2022, mas foi proibido pelo próprio Mossad de divulgar as informações sob ameaça de penalizações pois estaria infringindo as leis ditatoriais israelenses a pretexto de preservar questões e situações da assim chamada “Lei de Emergência”, que anula as liberdades democráticas as quais os cidadãos israelenses supostamente teriam direito.

Uma investigação conjunta realizada pelo jornal britânico The Guardian e pelas publicações israelenses + 972 Magazine e Local Call revelou que o governo Netanyahu, por nove anos, acionou o Mossad e outros organismos de inteligência para perseguir a então procuradora-geral do Tribunal Penal Internacional, Fatou Bensouda, quando esta iniciou em 2015 uma investigação preliminar sobre a agressão de Israel a Gaza em 2014, afinal formalizada em 2019.

A invasão de Gaza em 2014 por tropas israelenses causou 2.251 mortos do lado palestino, civis na grande maioria, e 74 entre os israelenses, basicamente militares. No decorrer dessa investigação preliminar, Bensouda declarou ter chegado à conclusão de que “crimes de guerra foram ou estão sendo cometidos na Cisjordânia, incluindo em Jerusalém Oriental e na Faixa de Gaza”, e anunciou em 2019 a abertura de uma investigação completa sobre crimes de guerra cometidos nos territórios palestinos.

Como apontou o Guardian, o relatório, que surge numa conjuntura crítica conforme o TPI investiga as violações da lei internacional por Israel, “lança luz sobre as operações encobertas israelenses contra o TPI e seus promotores”.

O relatório detalha como as agências de inteligência de Israel foram destacadas para “vigiar, hackear, pressionar, difamar e supostamente ameaçar altos funcionários do TPI”.

PARA PERVERTER CURSO DA JUSTIÇA

As conclusões do Guardian são “profundamente perturbadoras” e incluem alegações que “constituem uma tentativa de perverter o curso da justiça através do uso de ameaças” à ex-procuradora do TPI Fatou Bensouda, afirmou ao jornal o advogado britânico especializado em direito penal e humanitário internacional, Toby Cadman.

A denúncia se torna ainda mais explosiva quando Karim Khan, o novo procurador-geral escolhido a dedo para substituir Bensouda, se viu forçado, diante do clamor internacional para parar o genocídio em Gaza, a pedir a emissão de mandados de prisão para Netanyahu e seu ministro Yoav Gallant, na semana passada, e para líderes do Hamas.

Isso, quase quatro meses após a Corte Internacional de Justiça da ONU – que investiga países, não pessoas – ter aberto investigação contra Israel por genocídio em Gaza, a pedido da África do Sul, e quando os palestinos mortos em Gaza já são 36.000, a maioria crianças e mulheres, os feridos passam de 81.000 e os desaparecidos, de 11.000, e com dois terços das moradias destruídas, assim como quase toda a infraestrutura, escolas e hospitais.

Depois de novos e hediondos massacres em Rafah, a CIJ determinou a suspensão das operações militares de Israel na região sul da Faixa de Gaza, o que as tropas de Netanyahu ao invés de acatarem (apesar de serem resoluções vinculantes à Carta da ONU) recrudesceram o massacre com a carbonização de 45 palestinos, queimados vivos no acampamento de Tal Al Sultan.

“OBCECADO”

“Uma fonte de inteligência descreveu Netanyahu como ‘obcecado’ com os informes das operações contra o TPI, cujos esforços eram supervisionados por seus conselheiros de segurança nacional e envolviam o Shin Bet, a direção de inteligência militar e a Unidade 8200”, registrou o Guardian.

Antes dessas revelações desta terça-feira, o próprio Khan já havia se referido a tentativas não especificadas de “impedir, intimidar ou influenciar indevidamente os funcionários deste tribunal”, feitas por “partes não identificadas”. Conduta que poderia constituir uma infração penal nos termos do artigo 70 do estatuto fundador do tribunal, relativo à administração da justiça.

Opinião com que concordaram vários especialistas em direito internacional ouvidos pelo jornal britânico: a conduta dos serviços de inteligência israelenses pode equivaler a “delitos criminais”.

Matt Cannock, chefe do centro de justiça internacional da Anistia Internacional em Haia, disse: “É muito claro que muitos dos exemplos destacados no relatório equivaleriam a [infrações do artigo 70]. Tais acusações devem ser apresentadas contra qualquer pessoa que tenha procurado impedir, intimidar ou influenciar corruptamente os funcionários do TPI.”

FAMÍGLIA CRIMINOSA

Para Adil Haque, professor de direito da Universidade Rutgers, em Nova Jersey, “este é o comportamento de uma famiglia criminosa, não a conduta de um Estado, e os Estados-membros devem dizê-lo”.

Ele alertou que os crimes do artigo 70 têm “um prazo de prescrição de cinco anos”, e a justiça tem que agir rapidamente, com a assistência dos Estados-membros. Um alto funcionário palestino, falando sob anonimato, disse que “táticas que foram usadas contra palestinos que vivem sob ocupação agora foram usadas contra funcionários internacionais de algumas das instituições mais importantes do mundo”. Esta investigação mostra que “a crença de Israel na sua impunidade ultrapassa agora as fronteiras da Palestina”, ele acrescentou.

Por sua vez, um porta-voz do gabinete de Netanyahu disse que as perguntas e pedidos de comentários do Guardian estavam “repletos de muitas alegações falsas e infundadas destinadas a prejudicar o Estado de Israel”.

ANTES DE BIDEN, O CÚMPLICE TRUMP

Além de perseguida por Netanyahu e pelo Mossad, a procuradora-geral Bensouda também o foi pelo governo Trump, por ter tentado, a partir de 2017, investigar os crimes de guerra cometidos na ocupação do Afeganistão.

Em 2018, o então conselheiro de segurança nacional da Casa Branca, John Bolton, ameaçou prender os juízes do TPI se eles agissem contra Israel ou EUA.

Hospital de NY demite enfermeira que repudiou sofrimento imposto às mães na Faixa de Gaza

Reprodução

Enfermeira Hesen Jabr ao receber o prêmio

A enfermeira de origem palestina Hesen Jabr foi demitida do seu emprego no Centro Médico Langone da Universidade de Nova York por ter se referido ao sofrimento das mães de Gaza durante seu discurso de agradecimento ao prêmio que recebeu por seu trabalho com mães que perderam seus filhos durante a gravidez e o parto.

PRÊMIO E DEMISSÃO

“Dói-me ver como as mulheres no meu país estão sofrendo perdas extremamente dolorosas durante o genocídio que ocorre em Gaza. Por essas razões, este prêmio significa muito para mim. Embora eu não possa segurar suas mãos e confortá-las enquanto choram seus filhos ainda não nascidos e aqueles que perderam durante este genocídio, espero continuar fazendo com que essas mulheres se sintam orgulhosas e representadas por mim aqui na NYU [Langone]. Muito obrigado”, disse Jabr no evento, de acordo com o pequeno trecho do discurso na cerimônia de 7 de Maio que ela publicou nas redes sociais.

“No dia 22 de maio, retornei ao meu primeiro turno desde que recebi o prêmio. Assim que entrei na unidade, fui arrastada para uma reunião improvisada com o presidente e o vice-presidente de enfermagem da NYU Langone para discutir como eu ‘coloquei os outros em risco’, ‘estraguei a cerimônia’ e ‘ofendi as pessoas’ porque uma pequena parte do meu discurso foi uma homenagem às mães enlutadas do meu país”, denunciou Jabr.

Acrescentou que foi mandada de volta ao trabalho em seu turno enquanto o hospital passava o dia “pensando” no que fazer com ela.

“Depois de trabalhar a maior parte do turno, fui arrastada mais uma vez para um escritório onde o diretor de recursos humanos, Austin Bender, leu minha carta de demissão e um policial à paisana me escoltou para fora do local”, escreveu.

De acordo com a Fox News, um porta-voz da NYU Langone, Steve Ritea, confirmou que Jabr foi demitida após seu discurso por que já havia sido avisada em dezembro, “para não expressar sua opinião sobre esta questão polêmica e controversa no local de trabalho”.

Júri de Manhattan condena Trump por 34 fraudes

Steven Hirsh /AFP

Trump inquirido pelo tribunal em Manhattan

Um júri de Manhattan considerou Donald Trump culpado de todas as 34 acusações de falsificação de registros comerciais que enfrentou no seu julgamento criminal nesta quinta-feira (30), depois de deliberar por quase 12 horas, no caso da compra do silêncio de uma atriz pornô para não atrapalhar sua campanha à eleição em 2016 junto ao eleitorado mais conservador.

O ressarcimento ao advogado que fez o pagamento por Trump foi pago em 34 parcelas, incluídas nas despesas de campanha, o que configura crime fiscal, ensejando a acusação de 34 fraudes, acatada pelo júri, apesar do bilionário ter chegado a se comparar a “Madre Teresa de Calcutá”.

“Madre Teresa não daria conta de vencer essas acusações”, improvisou o santarrão de Mar-a-Lago, acrescentando que são “acusações falsas. A coisa toda é falsa”.

Sua premonição acabou confirmada e agora falta o juiz Juan Merchan determinar a pena propriamente dita, o que irá ocorrer no dia 11 de julho, poucos dias antes da convenção republicana que deverá nomear Trump candidato.

A pena poderá ser de até quatro anos, mas na legislação eleitoral norte-americana não existe inelegibilidade e, ainda que condenado, Trump segue candidato, mesmo se for preso.

“Isso foi uma vergonha. Este foi um julgamento manipulado por um juiz conflituoso que é corrupto”, alegou Trump, após o veredito.

“Não fizemos nada de errado. Sou um homem muito inocente”, acrescentou. Ele classificou o julgamento como “uma desgraça” e “fraudulento”.

Segundo o candidato republicano, “o verdadeiro veredito será dado pelo povo em 5 de novembro”, na eleição presidencial. “Eles sabem o que aconteceu aqui e todo mundo sabe o que aconteceu aqui”, insistiu.

Ele também acusou o promotor distrital de Manhattan, o juiz e o governo Biden de agirem mancomunados contra ele.

Esse era apenas um dos quatro casos a que Trump está tendo de responder na Justiça, compreendendo 91 acusações, mas graças à perícia dos seus advogados os julgamentos ficaram adiados para após as eleições de novembro.

Trump já está recorrendo de condenação anterior em Nova Iork por variados trambiques nos negócios, em que o tribunal ordenou que pagasse multa de US$ 364 milhões. Foi aquele julgamento em que o juiz Engoron registrou que “sua completa falta de arrependimento e remorso beira o patológico”.

No final de janeiro, Trump foi condenado a pagar US$ 83,3 milhões à escritora E. Jean Carroll por difamá-la, após ela acusá-lo, em 2019, de tê-la estuprado nos anos 1990. Trump, que costuma chamar a escritora de “louca” ou “doente”, disse na época que ela “não era o seu tipo” e que havia inventado o estupro para “vender seu novo livro”. Para recorrer da sentença, ele teve de pagar em março uma fiança de quase US$ 92 milhões.

Outro processo que emperrou foi o do “me arranja 11.870 votos aí” – a tentativa de fraudar a eleição de 2020 na Geórgia. Em agosto do ano passado, Trump foi fichado e fotografado em uma prisão do Estado sulista por conta dessa acusação. Há, ainda, a acusação por ele manter em sua mansão na Flórida, indevidamente, documentos secretos do Pentágono.

Falece Nora Cortiñas, líder das “Mães da Praça de Maio” na luta argentina por democracia

Fundadora das “Mães da Praça de Maio”, Nora Cortiñas partiu nesta quinta-feira (30) aos 94 anos deixando sua marca de paixão e compromisso com a democracia em seu país desde aquele maio de de 1977, quando na Praça de Maio, no centro de Buenos Aires, começou o bom combate pela memória, verdade e justiça reivindicando informações sobre o filho Carlos Gustavo Cortiñas, peronista e admirador de Evita, sequestrado ao sair para o trabalho.

De projeção internacional, sua convicção foi sentida nos cinco continentes por onde passou afirmando a luta contra o obscurantismo, o neoliberalismo e o neocolonialismo.

Nora alertou para mentiras do regime ditatorial e expôs o silêncio de sua mídia, ao abraçar outras mães e avós. Convertidas em coletivo, as “Loucas da Praça de Maio”, como passaram a ser designadas por não se dobrarem à repressão e ampliaram suas vozes na presença constante e inabalável.

Eram anos sombrios, em que a ditadura executava milhares de jovens oponentes, muitos lançados vivos de aviões sobre o Rio da Prata. Mas as mães seguiam em frente. Filhas haviam sido capturadas grávidas e eram muitas, centenas, as crianças a serem resgatadas daquela noite macabra, vivendo com as famílias dos mesmos trogloditas responsáveis por tamanha dor.

Assim, graças ao seu empenho, nos últimos 46 anos foram identificados – e resgatados – mais de 130 netos nascidos em cativeiro. Havia muitos militares a serem julgados pelas 30 mil mortes e desaparecimentos, além das execráveis torturas. E centenas destes genocidas somente foram condenados devido à sua pressão e mobilização, nacional e internacional.

Amigas de Fidel, ao lado do povo palestino contra o terrorismo de Estado israelense, presentes ao lado do Iraque em oposição ao bombardeio de Bush, somando com os camponeses paraguaios de Curuguaty e, mais recentemente, com os trabalhadores e o povo argentino contra Milei, estas seguem sendo as Mães e Avós da Praça de Maio. Está é Nora, que nos ilumina com seu exemplo, a Argentina que conseguirá mais uma vez triunfar sobre o fascismo.

Na nota de falecimento, sua família agradece a homenagem diante da “Nora eterna”, como explicitado num dos cartazes de despedida. “Profundamente preocupada nestes tempos pela grave situação que atravessa nosso país e sempre disposta a estar presente onde quer que houvesse injustiça, Norita lutou até o último momento pela construção de uma sociedade mais justa. Somos orgulhosos de ter compartilhado sua vida e seus ensinamentos que deixarão um registro indelével em sua família e na sociedade”, concluem.

China rejeita a conferência-farsa sobre a Ucrânia que exclui a Rússia

Mao Ning, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China

Uma conferência internacional sobre a Ucrânia deve ter reconhecimento da Rússia e da Ucrânia e participação igualitária de todas as partes, afirmou Mao Ning, porta-voz da Chancelaria chinesa

A China confirmou nesta sexta-feira (31) que não participará da assim chamada 'Conferência na Suíça sobre a Ucrânia' no próximo mês, disse a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning.

Mao explicou que a China tem mantido uma comunicação estreita com a Suíça e partes relevantes desde o início do ano sobre a conferência, mas que esta não atende as expectativas gerais da comunidade internacional, nem à questão chave de ser aceita tanto pela Ucrânia quanto pela Rússia.

Segundo analistas, a conferência vem sendo montada pelos patronos ocidentais do regime Zelensky sem a participação da Rússia e com o intuito evidente de apresentar um ultimato a Moscou.

A porta-voz chinesa enfatizou que a China insiste consistentemente que a conferência internacional sobre a Ucrânia deve ter o reconhecimento da Rússia e da Ucrânia, participação igualitária de todas as partes e discussões justas sobre todas as propostas de paz, pois esses três elementos são cruciais para a eficácia da restauração da paz.

Ela acrescentou que essas exigências da China para a cúpula são "justas e imparciais", não visando nenhuma parte específica, "como refletido na recente declaração conjunta com o Brasil sobre a resolução política da crise na Ucrânia". Também destaca a preocupação global, especialmente entre os países em desenvolvimento, continuou Mao.

Com base no feedback de várias partes e nos arranjos de reunião divulgados, parece que os três elementos-chave destacados pela concepção da China pela paz não estão ao alcance.

A China – acrescentou a porta-voz – "continuará a promover o diálogo e a paz à sua maneira, manterá a comunicação com todas as partes e trabalhará em conjunto para criar condições para uma resolução política da crise na Ucrânia".

Na recente declaração conjunta, China e Brasil declararam claramente que apoiam uma conferência internacional de paz realizada em um momento adequado que seja reconhecido tanto pela Rússia quanto pela Ucrânia, com participação igualitária de todas as partes, bem como uma discussão justa de todos os planos de paz, informou a agência de notícias Xinhua.

Além disso, China e Brasil firmaram um consenso de seis pontos sobre seu entendimento comum para a solução política da crise na Ucrânia, pedindo a todas as partes relevantes que observem três princípios para descalar a situação – nenhuma expansão do campo de batalha, nenhuma escalada de combates e nenhuma provocação de qualquer parte – e afirmando que "o diálogo e a negociação são a única saída viável para a crise".

Foi a escalada dos EUA, desde W. Bush em 2008, anunciando que a Ucrânia seria anexada pela Otan – em rompimento ao estatuto de neutralidade estabelecido após a dissolução da União Soviética -, a que se seguiu o golpe da CIA em 2014 em Kiev, que derrubou o presidente legítimo e instalou um regime neonazi , que passou a perseguir a população das regiões historicamente russas, como o Donbass e levou a um levante antifascista, que gerou o atual conflito na Ucrânia.

A tentativa de uma solução pacífica, através dos acordos de Minsk, foi sabotada por instigação de Washington por oito anos, até a Rússia se vir obrigada a intervir em socorro de sua gente, ameaçada de limpeza étnica iminente.

Também foram os EUA que se recusaram a discutir com a Rússia no final de 2021 a restauração na Europa do princípio da segurança coletiva indivisível, rompido pela expansão da Otan a leste, proposto por Moscou, o que poderia ter aberto também outra via pacífica de solução.

Em abril de 2022, quando em Istambul as duas partes estiveram perto de fechar um acordo pela manutenção da neutralidade da Ucrânia, o governo Biden enviou a Kiev o então premiê britânico, Boris Johnson, para proibir a paz.

Antes disso, no final do governo Trump, os EUA se retiraram do Tratado de Proibição dos Mísseis Intermediários, que afastou o perigo da guerra nuclear na Europa por três décadas, tornando ainda mais explosiva a questão da anexação da Ucrânia pela Otan, que significaria Moscou a cinco minutos de um ataque nuclear por mísseis americanos plantados na Ucrânia.

Ato em Berlim: 'Agressor é Otan, não Rússia' (RT)

Manifestantes em Berlim exigem o fim da entrega de armas ao regime de Kiev

Milhares de manifestantes marcharam na capital alemã, Berlim, na Alexanderplatz, no sábado (31), exigindo o fim da entrega de armas a Kiev e da histeria anti-Rússia, após o primeiro-ministro Olaf Scholz, que antes se manifestara contrário a ataques ucranianos no interior da Rússia com uso de armamento fornecido pela Alemanha, ter feito meia-volta, volver, após um puxão de orelha direto de Washington.

Os manifestantes exibiam bandeiras e faixas com os dizeres: "A Otan é o agressor e não a Rússia" e "Parem a guerra e o discurso de ódio contra a Rússia". Ativistas acusaram o governo alemão de tomar decisões "sob ordens de Washington" e advertiram sobre as consequências de um conflito direto com Moscou.

"O governo alemão não é soberano (…) Quando você vê como o governo alemão destruiu sua economia ao concordar com Washington… então você vê que a Alemanha não está no controle da situação", disse um ativista que se identificou como George à agência de vídeo Ruptly.

Ele acrescentou que a decisão do governo de dar a Kiev "armas que podem chegar à Rússia" torna a Alemanha "um parceiro nesta guerra", criando uma situação "muito perigosa para a Alemanha, para os alemães e para o resto do mundo".

BUDAPESTE CONTRA A ESCALADA

Em Budapeste, capital da Hungria, centenas de milhares de pessoas participaram no sábado de uma marcha pela paz e denunciaram a política da União Europeia e Otan de escalar as tensões com a Rússia. Com bandeiras e cartazes com os dizeres "sem guerra" e "dai-nos paz, Senhor", os manifestantes marcharam da icônica Ponte das Correntes até a Ilha Margaret, no rio Danúbio.

"Nunca tantas pessoas fizeram fila pela paz. Somos o maior corpo de paz, a maior força de manutenção da paz da Europa", disse o primeiro-ministro Viktor Orban, citado pela Reuters. "A Europa deve ser impedida de entrar na guerra, na sua própria destruição."

Ele convocou a tirar lições da devastação que o país passou nos tempos mais sombrios do século 20. "Nas duas guerras mundiais, os húngaros perderam 1,5 milhão de vidas e, com eles, seus futuros filhos e netos", disse ele à multidão.

Íntegra da matéria no site do HP

Sonda chinesa Chang'e-6 pousa com sucesso no lado oculto da Lua

A sonda chinesa Chang'e-6 pousou no lado oculto da Lua na manhã deste domingo para colher amostras do terreno explorado pela primeira vez na história da Humanidade, anunciou a Administração Espacial Nacional da China (CNSA, em inglês).

"A sonda Chang'e-6 da China pousou com sucesso na zona designada na Bacia Polo Sul-Aitken (SPA), no lado ocultYo da Lua, para colher amostras lunares. A Chang'e-6 é composta por um orbitYador, um módulo de retorno, um módulo de aterrissagem e um ascensor. O módulo de aterrissagem mais o ascensor se separaram do orbitador e do módulo de retorno em 30 de maio", detYalhou a agência Xinhua.

Desde seu lançamento do Centro de Lançamento Espacial de Wenchang, na província de Hainan, sul da China, em 3 de maio deste ano, o foguete transportador Longa Marcha-5 Y8, com a sonda acoplada, passou por vários estágios, como transferência Terra-Lua, frenagem próxima à Lua, órbita lunar e descida para o pouso, acrescentou a CNSA.

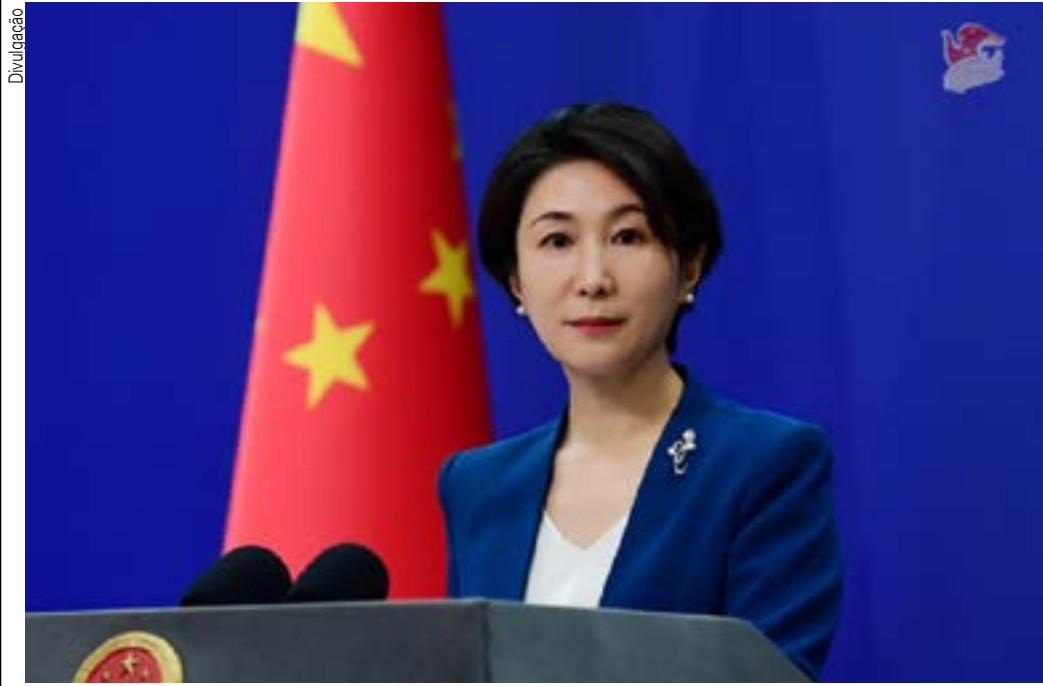
O módulo de aterrissagem está equipado com vários sensores, incluindo micro-ondas, laser e sensores ópticos de imagem que podem medir distância e velocidade, e identificar obstáculos na superfície lunar, disse Huang Hao, especialista espacial da Corporação de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da China (CASC), e será submetido a verificações e configurações iniciais antes de passar para a fase de perfuração e coleta de amostras da superfície do lado não visível do satélite.

O local de pouso fica em uma cratera de impacto conhecida como Bacia Apollo, localizada dentro da Bacia do SPA. A escolha foi feita pelo valor potencial de exploração científica do local, bem como pelas condições da área de pouso, incluindo as condições de comunicação e telemetria e a planicidade do terreno, explicou Huang.

De acordo com Jin Shengyi, outro especialista espacial da CASC, a equipe de desenvolvimento da sonda Chang'e-6 construiu um laboratório de simulação com antecedência para garantir um processo de amostragem certo.

O módulo utilizará uma pá robótica e uma furadeira para coletar rochas e poeira lunar, além de cavar cerca de 2 metros na superfície para extrair os depósitos mais profundos. Esta fase durará cerca de dois dias, nos quais se espera recolher cerca de 2 kg de material lunar.

Assim que as amostras forem coletadas, elas serão transferidas para o módulo de ascensão, que subirá da superfície da Lua de forma autônoma para acoplar-se ao orbitador da missão Chang'e-6.

Leia mais no site do HP

Presidente eleita do México defende desenvolvimento e bem-estar social

Claudia Sheinbaum, da frente "Sigamos Fazendo História"

"Pela primeira vez em 200 anos me tornarei a primeira mulher presidente do México", afirmou a cientista Claudia Sheinbaum Pardo, candidata da coligação "Sigamos Fazendo História", definindo que a prioridade de seu governo será "um desenvolvimento nacional que promova o bem-estar social"

Administradora avaliada como competente e comprometida, Sheinbaum governou a capital, a Cidade do México, até solicitar licença para concorrer à presidência, celebrou a conquista ao receber do Instituto Nacional Eleitoral (INE), no início da noite de domingo (2), a projeção da sua vitória por quase 30% de vantagem, confirmada pelos oposicionistas Xóchitl Gálvez e Jorge Álvarez Máynez..

Apoiada pelo atual mandatário Andrés Manuel López Obrador (AMLO), que apontou como "um homem excepcional e único que transformou para melhor a história do nosso país", a presidenta eleita, que é acadêmica da Universidade Nacional Autônoma do México, agradeceu a expressiva votação. O comparecimento de cerca de 65% dos eleitores às urnas garantiu ao Movimento de Renovação Nacional (Morena), ao Partido Trabalhista (PT) e ao Partido Ecologista Verde do México (PVEM) – integrantes da coligação – "maioria qualificada na Câmara dos Deputados e muito provavelmente no Senado". "Tenha certeza de que viveremos à altura da nossa história e do povo generoso do México", se comprometeu a presidente, enfatizando sobretudo a defesa "ao nosso projeto de nação".

Amparada pela ampla mobilização do segundo país mais povoado da América Latina, a líder reiterou que "não chega só, todos chegamos com o nosso povo heroico que nos deu a pátria, com as nossas filhas e as nossas netas. Demonstramos que o México é um país democrático, com eleições pacíficas e muito participativas".

Sheinbaum disse que seu governo será "honesto, sem influência, sem corrupção ou impunidade" e que "não haverá aumentos reais no combustível ou na eletricidade; e que será a mantida a divisão obrigatória entre o poder econômico e o poder político". "Sempre defenderemos e trabalharemos pelo interesse supremo do povo do México e da nação, e agiremos de acordo com as leis e ao direito. Garantiremos as liberdades de expressão, de imprensa, de reunião, de concentração e de mobilização", apontou.

A nova presidente destacou que se dedicará a fomentar o orçamento público, "para garantir todos os programas de bem-estar iniciados pelo presidente Andrés Manuel López Obrador, e também a todos os programas aos que nos comprometemos". Entre as prioridades estão a ampliação do acesso aos direitos à alimentação, à saúde, à moradia, e à cultura, acrescentou. "Quer dizer, seguiremos construindo um verdadeiro Estado de bem-estar".

A nova presidente sublinhou que os projetos estratégicos ampliarão a infraestrutura de trens, rodovias, estradas, portos e aeroportos e que, da mesma forma, promoverá a soberania energética, as energias renováveis e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Em relação à política externa, Sheinbaum explicou que continuará empenhada em defender os direitos dos mexicanos que se encontram "do outro lado da fronteira" nos Estados Unidos, buscando uma relação de "amizade, respeito mútuo e igualdade" e que dará continuidade aos princípios de não-intervenção, cooperação internacional, autodeterminação dos povos e construção da paz.

Leia mais no site do HP

Insatisfação com condução de economia faz partido de Mandela perder maioria absoluta no parlamento

Com 99% da apuração divulgada neste sábado (1º), como resultado das eleições gerais da África do Sul realizadas na quarta-feira (29), as urnas apontam para a vitória do partido Congresso Nacional Africano (CNA) com 41% dos votos.

No entanto, o resultado apresenta um recuo na aceitação popular em relação aos 57,5% obtidos na última eleição nacional, em 2019. Esta é a primeira vez em três décadas que o CNA precisará de alianças para obter maioria absoluta no parlamento e se manter à frente do governo. Na África do Sul, o presidente é o chefe de Estado e chefe de governo, eleito pelo parlamento bicameral para um período de seis anos.

A insatisfação dos sul-africanos com o elevado desemprego, o crescimento da desigualdade e a escassez de água e energia dominam a pauta e se materializaram no recuo eleitoral do partido governista, que ainda se apresentou dividido com o seu ex-presidente Jacob Zuma, que governou o país de 2009 a 2018, se apresentando como candidato. Acusado de corrupção, Zuma foi afastado no seu último ano da Presidência e substituído pelo atual presidente Cyril Ramaphosa.

Condenado por desafiar uma ordem da corte e não aparecer ao tribunal durante o julgamento, Zuma teve concedido um perdão presidencial por Ramaphosa após três meses de prisão. Agora, Zuma, que criou um novo partido e concorreu contra o CNA sob o lema "Umkhonto we Sizwe" (A Lança da Nação), alcançou 13% dos votos.

COMPOSIÇÕES

A vice-secretária-geral do ANC, Nomvula Mokonyane, afirmou que a legenda desde já trabalha as composições para manter Ramaphosa na presidência. "Ninguém vai renunciar… Coletivamente, todos nós estamos confiantes de que ele continuará como presidente do CNA", declarou Mokonyane, frisando que há um clima de diálogo, "paz e harmonia". "Estamos todos falando uns com os outros e gostaria que esse clima pudesse permear as comunidades e os eleitores", assinalou.

Com programa privatista, a Aliança Democrática (AD) apresenta-se como potencial aliado e "abordagem equilibrada" para a privatização de estatais.

"Nada necessariamente vai mudar. O governo do Congresso Nacional Africano vai continuar, ainda que sob uma coalizão", afirmou o doutor Oscar van Heerden, pesquisador sênior no Centro para Diplomacia e Liderança Africana da Universidade de Joanesburgo. "O povo da África do Sul falou e deu ao CNA, como partido do governo, um mandato menor, mas mesmo assim um mandato. Penso que o CNA vai ver as coisas sob essa luz", acrescentou.

O balanço final dos votos, previsto para domingo (2), vai determinar o número de assentos que os partidos terão na Assembleia Geral e o consequente peso na eleição do próximo presidente. Segundo a comissão eleitoral independente que dirige o processo, quase 28 milhões de pessoa estavam aptas para votar, com a participação beirando os 60%.

Empresas dos Estados Unidos são flagradas usando trabalho infantil

Investigações do Departamento do Trabalho dos EUA, revelaram, em 1º de maio, o uso de trabalho infantil em uma empresa de abate de frangos no Alabama. A rede 'Mar-Jac Poultry' já foi investigada pela morte de outro menor de idade em uma segunda planta.

Os Estados Unidos vêm tendo uma alta de 88% desde 2019 em casos de trabalho infantil descobertos pelo Departamento do Trabalho. Só no ano passado, 5.800 menores foram descobertos empregados contra as leis de trabalho infantil dos EUA.

Segundo os investiYgadores, eles descobriram um ambiente "de trabalho infantil opressivo" nesta unidade do Alabama. Crianças trabalhando na parte de desossa e corte das aves, com alto nível de periculosidade. Menores também estariam trabalhando há meses na planta de processamento.

A empresa de processamento de frangos 'Mar-Jac Poultry' negou saber que os contratados eram menores de idade. Segundo a 'Mar-Jac', os menores contratados tinham documentação de que tinham mais de 18 anos.

"A Mar-Jac continuará a defender-se vigorosamente e espera prevalecer nesta questão", disseram. "Mar-Jac está comprometida em cumprir todas as leis relevantes".

Duvan Perez, de 16 anos, morreu em 2023 ao tentar limpar uma máquina de processamento de frangos em uma das plantas da Mar-Jac. O governo federal propôs uma multa de U$ 212.646 dólares pela morte de Perez, citando a empresa por 14 violações. Anteriormente, já havia sido investigada pela morte de outro trabalhador e, na planta de Alabama, por violações de segurança quando um outro empregado se feriu.

A mãe de Duvan Perez, em janeiro, entrou com um processo contra Mar-Jac e a agência que contratou Perez. Ela diz que a empresa ignorou normas de segurança causando a morte de seu filho. Recentemente Mar-Jac também foi processada por dois trabalhadores que foram feridos na planta de Hattiesburg. Um deles está aguardando julgamento agendado para agosto e outro, um veterinário, perdeu o processo quando o júri decidiu a favor da empresa.

Nos EUA se verifica uma onda de desregulação de proteções de trabalho infantil, o que facilita esta excrescência em diversas empresas. Desde 2021, 30 Estados americanos aprovaram leis que visam enfraquecer regras que impedem a contratação de menores e desses Estados 9 buscaram aprovar contratação de menores em funções consideradas perigosas. Em 2024, 11 Estados aprovaram leis que permitem a contratação de menores de idade.

A Revolução de 1930 e a construção do Estado Nacional, por Mamede Said - (3)

Continuação da edição anterior

O processo de transformações deflagrado pela Revolução de 30 levou o Estado a atuar de forma mais acentuada não apenas na área econômica, mas também no campo da saúde, educação, assistência e previdência social, e assim a máquina estatal experimentou um crescimento considerável, com a criação de um grande número de órgãos e pessoas jurídicas públicas, em particular conselhos e autarquias, em um vigoroso processo de descentralização administrativa

Getúlio e alguns de seus ministros no Governo Provisório (reprodução)

MAMEDE SAID MAIA (*)

Até 1930, existiam apenas seis Ministérios na Administração federal, conforme a Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891: Fazenda; Justiça e Negócios Interiores; Indústria, Viação e Obras Públicas; Relações Exteriores; Guerra e Marinha. Visando alcançar maior eficiência, Vargas tratou de criar novas pastas e adotou várias medidas de cunho administrativo. Nesse contexto, o Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, representou importante passo no processo de institucionalização da política educacional e de saúde: por seu intermédio, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que tinha a seu cargo "o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar". Ficaram sob a responsabilidade do novo Ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas relacionadas com a educação e a saúde, como a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, a Escola Normal de Artes, o Instituto Osvaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar, entre outros.

O decreto que aprovou o regulamento do novo Ministério expressava com clareza o viés dirigente da Administração federal, na medida em que colocava sob sua tutela todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento intelectual e moral e com a defesa médico-sanitária da coletividade social brasileira. Como assinala Maria Célia Marcondes de Moraes (1992, p. 317), na missão de formar o "novo cidadão" reivindicado pela Revolução de 30, a educação – sob a influência, particularmente, de Francisco Campos, o primeiro titular do novo Ministério – ocupou um lugar de destaque no projeto de construção de um determinado tipo de Estado Nacional: um Estado centralizador, tutelador e intervencionista. Para o sucesso desse empreendimento contribuiu, também, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 28 de novembro de 1930. O "Ministério da Revolução", como foi chamado por Lindolfo Collor, o primeiro a dirigir a nova pasta, foi decisivo para concretizar o projeto do regime de administrar os conflitos entre capital e trabalho, assim como para consolidar a condição do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica.

Outra iniciativa que denota o traço político centralizador do novo regime foi a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que veio a se transformar, em 1938, no influente Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Ao novo órgão, responsável pela propaganda e controle das informações, competia estudar a utilização do cinema e do rádio como meio de difusão e publicidade governamental, estimular a produção e a exibição de filmes educativos por meio de prêmios e favores fiscais, além de classificar e censurar as obras cinematográficas. Enaltecendo as datas cívicas e o entusiasmo nacionalista que marcou a Era Vargas, o DPDC era responsável pela convocação das cadeias nacionais de rádio por meio das quais o presidente fazia seus frequentes pronunciamentos e pelo vasto material de propaganda do regime, que incluía a publicação de folhetos e cartilhas com mensagens ufanistas.

3. A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E A NOVA CARTA

A Assembleia Constituinte de 1933/34 refletiu as contradições políticas existentes à época. As postulações visando a efetivação das reformas que consagrassem o sistema liberal conviviam com o discurso que enfatizava a premência das transformações sociais por meio de um Estado forte. Nesse contexto, a Constituição de 1934, além de proclamar os direitos e garantias individuais, buscou assegurar o projeto de renovação política que liberaria o voto dos currais estaduais e aprisionaria as oligarquias, de modo a fortalecer o poder central, com um Executivo orientador e reformista. A nova Carta, que adotou as linhas principais do anteprojeto elaborado pela Comissão do Itamaraty, previa a nacionalização dos bancos, das minas e do aproveitamento das águas, ao tempo em que instituía a Justiça Eleitoral e a Militar como órgãos do Poder Judiciário, além da institucionalização do Ministério Público como órgão de cooperação nas atividades governamentais.

A convocação da Constituinte sofrera resistência acirrada dos revolucionários de 1930, que se posicionavam contra a reconstitucionalização do País por considerar que as reformas necessárias à superação do federalismo oligárquico da República Velha eram mais importantes que o retorno à ordem constitucional. O Clube 3 de Outubro, que reunia os principais líderes do movimento tenentista, autodenominados "patriotas enérgicos", argumentava que uma possível volta à ordem legal serviria apenas para trazer de volta a "politicalha" varrida do poder pela "República Nova" (LIRA NETO, 2013, p. 14-15).

Em seu programa, o Clube sustentava a necessidade de um governo central forte, que se sobreporia às classes sociais e combateria as ingerências externas. Defendia a intervenção estatal na economia; a convivência da representação política de base territorial com a representação corporativa, eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo; a eliminação do latifúndio mediante tributação ou simples confisco; a nacionalização de várias atividades econômicas, como transportes, exploração dos recursos hídricos e minerais, além da administração dos portos; a instituição da previdência social e de leis trabalhistas. Vargas (1995, p. 92) pendia claramente a favor das "forças militares que apoiam o governo", em contraposição aos políticos tradicionais e aos veículos que praticavam um "jornalismo dissolvente", os quais, no seu entender, agiam apenas com o propósito de sabotar o governo, que, embora provisório, representava os ideais de uma revolução que se pretendia permanente. Para Vargas, a tarefa de reerguer a economia, restaurar as finanças, equilibrar os orçamentos e sanear o ambiente moral e material do país precedia a fase seguinte da Revolução, consistente em organizar constitucionalmente o Brasil (LIRA NETO, 2013, p. 49-50).

O movimento armado que eclodiu em São Paulo entre os meses de julho e outubro de 1932 (a chamada Revolução Constitucionalista), reivindicando a promulgação de uma nova Constituição, representou um elemento de pressão a mais para que a Constituinte fosse convocada (MELO FRANCO, 1960, p. 176). Entretanto, como o Código Eleitoral já havia sido editado em fevereiro de 1932, e o Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932, já fixara o dia 3 de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembleia Constituinte, os acontecimentos de São Paulo acabaram tendo pouco efeito prático sobre o processo de convocação da Constituinte. De toda forma, contribuíram para que o Governo se apressasse em editar o Decreto nº 22.040, de 1º de novembro de 1932, regulamentando os trabalhos da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da futura Constituição. O que permaneceu, entre as forças de oposição a Vargas, foi a desconfiança de que o Governo Provisório poderia se autoconceder uma dilação indeterminada dos poderes discricionários de que desfrutava.

Na busca por dar concretude aos ideais da Revolução, foi se firmando uma Administração Pública cada vez mais onipresente, com o governo federal sendo municiado com os instrumentos necessários ao exercício do papel de vanguarda que lhe era reservado pelos novos detentores do poder. O princípio da separação de poderes herdado do constitucionalismo liberal sofreu significativas transformações, com o Poder Executivo assumindo uma função forte e dirigente, tornando-se, nas palavras de Pessoa (2012, p. 255), "o centro da vida estatal". Passando a dispor de competências e atribuições extremamente abrangentes, o que se vivenciou, nesse contexto histórico, foi o acentuado deslocamento do poder normativo em direção ao Executivo (MESURINI, p. 61).

A diretriz que guiava a ação governamental, como também a Constituinte, era a formulação de uma política nacionalista própria, indissociável da busca por um desenvolvimento emancipatório. Na esteira da discussão travada ao longo da década de 1930 sobre a nacionalização dos recursos do subsolo – em particular o petróleo, cuja existência já era considerada desde os tempos do Império –, a Constituição de 1934 previu que a União poderia, "por motivo de interesse público", monopolizar determinada indústria ou atividade econômica. Previu, ainda, a criação, na esfera de cada Ministério, de Conselhos Técnicos que funcionariam como órgãos consultivos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, proposta que, embora não tenha logrado êxito no plano prático, demonstrava a tentativa de se organizar uma Administração Pública burocratizada e abrangente.

Sob influência do sistema do contencioso administrativo francês, no qual os conflitos que envolvem a Administração são resolvidos fora do âmbito do Poder Judiciário, a Carta de 1934 tratou de instituir um tribunal de direito administrativo na esfera federal. Cabia ao tribunal julgar os recursos de atos e decisões do Poder Executivo, bem como as sentenças dos juízes federais nos litígios em que a União fosse parte, desde que dissessem respeito ao funcionamento de serviços públicos ou fossem regidos, no todo ou em parte, pelo direito administrativo. Cabia igualmente ao tribunal, conforme dispunha a Constituição, julgar os litígios entre a União e os seus credores, derivados de contratos públicos.

O processo de transformações deflagrado pela Revolução de 30 levou o Estado a atuar de forma mais acentuada não apenas na área econômica, mas também no campo da saúde, educação, assistência e previdência social, e assim a máquina estatal experimentou um crescimento considerável, com a criação de um grande número de órgãos e pessoas jurídicas públicas, em particular conselhos e autarquias, em um vigoroso processo de descentralização administrativa.

A esse incremento correspondeu, igualmente, um aumento no quadro de pessoal, com a criação de cargos e funções que redundaram em uma poderosa burocracia estatal, identificada com os valores da técnica, da eficiência e do planejamento, na qual as esferas de competência passaram a estar mais bem delineadas. Com essas medidas, Vargas deu início ao processo de implementação do modelo de Administração Pública burocrática, de índole racional-legal, que veio a se consolidar com a Reforma Burocrática promovida em 1936, através da criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, transformado no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938.

Na montagem de uma nova arquitetura administrativa, a Constituição de 1934 inovou ao dedicar um de seus títulos aos funcionários públicos e ao prever que tanto serviços públicos federais como estaduais e municipais poderiam ser objeto de concessão, embora o instituto da delegação de serviços públicos já estivesse regulamentado, por meio de decretos, desde 1931. Reafirmando a onda nacionalista reinante, a Carta de 1934 determinou que as autorizações ou concessões seriam conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, e obrigou as concessionárias a constituir suas administrações com maioria de diretores brasileiros, residentes no Brasil, ou que os poderes de gerência fossem delegados exclusivamente a brasileiros. O texto constitucional previu, ainda, a edição de lei determinando o percentual de empregados brasileiros que deveriam ser mantidos obrigatoriamente nos serviços públicos explorados por concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos de comércio e indústria. No mesmo sentido, prescreveu que lei federal deveria regular a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços concedidos.

No que tange à intervenção do Estado no domínio econômico, a nova Constituição também inovou, em relação à Constituição de 1891, ao prever o instituto da requisição, por meio do qual as autoridades competentes poderiam usar da propriedade particular em caso de perigo iminente. Manteve a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante prévia indenização, e pela primeira vez condicionou o exercício do direito de propriedade à sua função social: "É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar".

Ao institucionalizar o ideário do movimento revolucionário, a Constituição de 1934 promoveu a reconstrução democrática que poria fim à "ditadura" – como o próprio Vargas se referia ao governo que, desde 1930, chefiava. Independentemente do caráter que se queira lhe atribuir – uma revolução nacional, uma revolução liberal-burguesa, uma revolução das classes médias ou um golpe militar –, a Revolução de 30 representou um ponto de inflexão na política e no Direito brasileiro (D'ARAUJO, 2011, p. 28).

4. A NOVA DISCIPLINA LEGAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A acentuada intervenção do Estado no domínio econômico, marca registrada da Revolução de 1930, gerou uma substancial necessidade de novos regramentos legais. Mesurini (2016, p. 61) aponta os impactos que a proximidade da política com a economia acarretou no direito constitucional e administrativo, "que passaram a ser revistos para além das suas raízes teóricas liberais". O avolumar de dispositivos de direito administrativo, como ressalta Seelaender (2021, p. 169), representa, ao lado da ampliação da burocracia, da ascensão dos técnicos nas instituições públicas, do fortalecimento do Executivo e da centralização política, típicos índices de crescimento da intervenção estatal.

Uma das primeiras providências adotadas pelo Governo Provisório em seu propósito de racionalizar a Administração foi a que vedou a acumulação de cargos remunerados. Pelo Decreto nº 19.576, de 8 de janeiro de 1931, ficou proibida a acumulação de remunerações recebidas dos cofres públicos, por títulos diversos, ainda que de unidades federativas distintas. Ficou igualmente proibida a acumulação de qualquer vantagem percebida dos cofres públicos com função ou emprego remunerado em estabelecimento, empresa, companhia, instituto ou serviço de qualquer natureza, desde que dependentes do governo ou por ele subvencionados. Pelo decreto, a aceitação de emprego, comissão, cargo ou função pública remunerada por parte de funcionário civil ou militar importaria na perda de todas as vantagens decorrentes de aposentadoria, reforma, jubilação, disponibilidade e pensão.

Outras medidas de austeridade adotadas por Vargas visavam superar vícios arraigados na máquina federal. Assim, editou decreto estabelecendo como se daria a execução orçamentária entre os diversos ministérios no exercício de 1931. No mesmo decreto, vedou a aplicação de créditos destinados a material em despesas de pessoal e vice-versa, e proibiu que se cometesse a pessoas estranhas aos quadros dos serviços federais o desempenho de quaisquer encargos que estivessem compreendidos entre as atribuições dos funcionários públicos.

Tais providências punham em prática o que Getúlio Vargas tinha anunciado em seu discurso de posse, em 3 de novembro de 1930, quando afirmou que começaria "por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria". Para o exercício das funções públicas, dizia, "não deve mais prevalecer o critério puramente político", devendo esse papel ser confiado "aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral", pois a vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país com imensas possibilidades, aberto a todas as iniciativas do trabalho, era injustificável. No discurso, Vargas apontava a prática do empreguismo e o caciquismo eleitoral como os principais males a ser combatidos, e, já como presidente, em 23 de fevereiro de 1931, voltou a condenar "o monopólio das funções públicas" e "a posse exclusiva das posições" exercidos pelos partidos e facções políticas (VARGAS, 2021, p. 247).

Nesse diapasão, o Decreto nº 19.626/1931 regulamentou o exercício de cargos em comissão e as gratificações de função, e determinou que todas as despesas de material deveriam ser pagas com registro prévio do Tribunal de Contas. Dizendo-se empenhado em promover uma maior eficiência da Administração Pública, ajustar os quadros do funcionalismo, atualizar a legislação fiscal e reorganizar o Tesouro Nacional, Vargas decidiu, à época, alterar os subsídios do presidente da República fixados por Washington Luís em 1929, reduzindo-os pela metade (LIRA NETO, 2013, p. 84).

Continua na próxima edição